



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
MESTRADO EM ECONOMIA**

ENOCH EDUARDO SOUSA FILHO

**TAMANHO DAS CIDADES E QUALIFICAÇÃO DOS MIGRANTES
NO ESTADO DA BAHIA**

**SALVADOR
2017**

ENOCH EDUARDO SOUSA FILHO

**TAMANHO DAS CIDADES E QUALIFICAÇÃO DOS MIGRANTES
NO ESTADO DA BAHIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Economia da Faculdade de Economia
da Universidade Federal da Bahia como requisito
parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia

Área de Concentração II: Economia Aplicada
Orientador: Prof. Dr. Gervásio dos Santos Ferreira

SALVADOR
2017

Ficha catalográfica elaborada por Valdineia Veloso CRB 5/1092

S725 Sousa Filho, Enoch Eduardo
Tamanho das cidades e qualificação dos migrantes no Estado da
Bahia / Enoch Eduardo Sousa Filho. - Salvador, 2017

68f. il.; tab.; fig.; graf.

Dissertação (Mestrado em Economia) -
Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, 2017

Orientador: Prof. Dr. Gervásio Ferreira dos Santos

1.Migração - Bahia 2.Geografia econômica I Santos, Gervásio
Ferreira dos II. Título III. Universidade Federal da Bahia

CDD 330.981



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Economia
Programa de Pós-Graduação em Economia
Mestrado e Doutorado em Economia

TERMO DE APROVAÇÃO

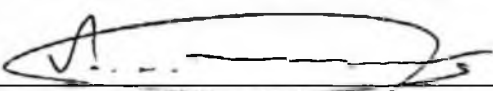
ENOCH EDUARDO SOUSA FILHO

“TAMANHO DAS CIDADES E QUALIFICAÇÃO DOS MIGRANTES NO ESTADO DA BAHIA”


Dissertação de Mestrado aprovada como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Economia no Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:



Prof. Dr. Gervásio Ferreira dos Santos
(Orientador - PPGE/ECO/UFBA)



Prof. Dr. Vinícius de Araújo Mendes
(PPGE/ECO/UFBA)



Prof. Dr. Miguel Angel Rivera Castro
(UNIFACS)

Aprovada em 27 de dezembro de 2017.

Dedico à minha família.

AGRADECIMENTOS

Desde o início entendi que sozinhos não conquistamos uma pós-graduação *stricto senso*. Um punhado de pessoas e instituições foram fundamentais para a conclusão desta etapa de formação acadêmica. Agradeço a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) pelo apoio institucional de incentivo à capacitação do corpo técnico e, em especial, minha gratidão pelo apoio direto dos colegas de trabalho da Gerência Administrativa e Setor de Compras do campus de Jequié. Agradeço ao orientador, professor Dr. Gervásio F. Santos, pelos ensinamentos, motivação, incentivo e mentoria. Ao professor Dr. Vinícius de Araújo Mendes, pela solicitude e por ter contribuído de forma efetiva para a pesquisa. Ao professor Dr. Miguel Angel Rivera Castro, membro da banca de avaliação, pelas suas considerações. Agradeço aos colegas do PPGE/UFBA, principalmente aos então estudantes do Grupo de Pesquisa em Economia Aplicada, e destes, menciono expressamente Daniela Lima Ramos, Carlos O. F. Melo e Thiago Rodrigues, pois foram essenciais com os conselhos, a companhia no dia-a-dia da pesquisa, as dicas e opiniões. Agradeço também aos colegas de curso Edna Maria da Silva, grande parceira no período dos *quizzes* de microeconomia e a Waldemar Rodrigues, pelas escoltas. Minha gratidão a Eliana Silva Santos pelo apoio em todos os momentos nessa e noutras jornadas, e a Juliana Oliveira pelo apoio moral que tanto se fez necessário. Agradeço a família, sou grato a fé que nos mantém em pé. Agradeço aos demais professores e à equipe de colaboradores da Secretaria do PPGE. Sou agradecido, inclusive, a todos aqueles que não nomeei explicitamente, mas que também foram importantes nessa minha maratona vivenciada em ritmo de prova de 110 metros com barreiras. Por fim, deixo aqui registrado meu número de identificação no ORCID (Open Researcher and Contributor ID) — <https://orcid.org/0000-0002-2489-856X> — para que eu possa ser localizado no futuro.

Minha vida é andar por este país
Pra ver se um dia descanso feliz
Guardando as recordações
Das terras onde passei
Andando pelos sertões
E dos amigos que lá deixei

A Vida do Viajante. Letra de Luiz
Gonzaga e Hervê Cordovil, 1953

— Mande notícias do mundo de lá!
Diz quem fica.

Maria Rita cantando *Encontros e
despedidas* em 2003. Letra de Milton
Nascimento e Fernando Brant, 1985

RESUMO

O objetivo dessa dissertação é verificar o efeito do tamanho da população urbana dos municípios do estado da Bahia sobre a atração dos migrantes intermunicipais, por nível de qualificação. A revisão da literatura mostra que pessoas mais qualificadas que migram tendem a mudar para as maiores cidades. Desse modo, parte-se de um modelo teórico analítico baseado na Nova Geografia Econômica, no qual características específicas das regiões mais dinâmicas tendem a atrair maiores fluxos de transações ou de pessoas. Verificou-se a probabilidade de os migrantes (intermunicipais) mais e menos qualificados serem atraídos para os municípios em função do tamanho da população urbana. A metodologia se baseou na estimação de modelos Probit e Logit, utilizando um banco de dados *cross section*, com dados de migração e características socioeconômicas dos municípios do estado da Bahia, para o ano de 2010. Os resultados mostraram que os migrantes mais qualificados se concentram nas maiores cidades, migram para municípios com maior custo de vida, bem como tendem a procurar municípios com maior concentração de pessoas também qualificadas.

Palavras-chave: Migração. Migração intermunicipal. Estado da Bahia. Nova Geografia Econômica.

ABSTRACT

The aim of this research is to verify the effect of the urban population size of the municipalities of the state of Bahia on the attraction of the the same state migrants, by levels of qualification. A review of the literature shows that more skilled people who migrate tend to move to larger cities. Thus, the start is with an analytical model in New Economic Geography, in which specific characteristics of the more dynamic regions tend to attract greater flows of transactions or people. The probability of the more and less qualified migrants is attracted to the municipalities according to the size of the urban population was verified. The methodology was based on the estimation of Probit and Logit models, using a cross-section database, with data on migration and socioeconomic characteristics of the state of Bahia municipalities, for the year 2010. The results showed that the most qualified migrants are concentrated in the largest cities, they migrate to municipalities with higher costs of living, as well as tend to seek out municipalities with a higher concentration of qualified people.

Keywords: Migration. Intermunicipal migration. State of Bahia. New Economic Geography.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	PADRÕES MIGRATÓRIOS DA REGIÃO NORDESTE	12
2.1	DINÂMICA POPULACIONAL NO BRASIL E NO ESTADO DA BAHIA.....	12
2.2	DINÂMICA INTERMUNICIPAL DOS MOVIMENTOS POPULACIONAIS NO ESTADO DA BAHIA	14
2.3	MIGRAÇÃO INTERMUNICIPAL NO ESTADO DA BAHIA.....	18
2.4	NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS EM IDADE ATIVA.....	21
2.5	TAMANHO DAS CIDADES E ATRAÇÃO DE MIGRANTES	25
3	MIGRAÇÃO: ASPECTOS TEÓRICOS E TRABALHOS EMPÍRICOS.....	27
3.1	MIGRAÇÃO INTERNA	27
3.2	NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA E MIGRAÇÃO	30
3.2.1	Os fundamentos básicos da Nova Geografia Econômica	30
3.2.2	Migração na NGE	32
3.2.3	Migração e as Cidades.....	33
3.3	ESTUDOS EMPÍRICOS	34
3.3.1	Estudos empíricos sobre o Brasil.....	35
3.3.2	Estudos empíricos sobre o estado da Bahia.....	39
4	METODOLOGIA E DADOS	43
4.1	MODELAGEM ECONÔMICA:	43
4.2	BANCO DE DADOS E ESTRATÉGIA EMPÍRICA	45
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	48
5.1	ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS	48
5.1.1	Origens e destinos dos migrantes intermunicipais.....	49
5.2	ESTIMAÇÕES ECONÔMICAS	51
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	58
	APÊNDICE A – Variáveis do banco de dados.....	61
	APÊNDICE B – Efeitos marginais das estimações	66

1 INTRODUÇÃO

A migração interna no Brasil a partir da segunda metade do século XX tem como características a saída de pessoas do campo para a cidade, o movimento migratório entre as grandes regiões do país, e, um fenômeno mais recente, o deslocamento da população do interior para as capitais dos estados. As alterações na distribuição da população pelo território do estado da Bahia apontam para o deslocamento de pessoas das cidades menores em direção a cidades com população maior do que as de origem, mas não necessariamente para as maiores cidades do estado. Entre 2000 e 2010, 145 municípios tiveram sua população reduzida. Destes, 103 municípios tinham menos de 20 mil habitantes e outros 35 municípios tinha população entre 20 e 40 mil habitantes em 2000. Como contraponto, dos 270 municípios que cresceram em termos populacionais no mesmo período, metade deles chegou em 2010 com população de no máximo 20 mil habitantes. Esses dados indicam que, apesar das mudanças, permanece mantida a característica de que, na Bahia, a população está dispersa em pequenos municípios.

Historicamente o estado da Bahia tem um fluxo de migrantes para outros estados maior do que o contingente de migrantes que recebe de outros estados, mas ainda assim, a migração intermunicipal dentro do estado se mostra relevante. Os dados do censo demográfico mostram que 9% da população residente (1.267.369 pessoas em 2010) no estado da Bahia resulta de deslocamentos populacionais, sejam provenientes de uma movimentação entre municípios no estado Bahia ou de outros estados. Do total de migrantes, 56% deles (706 mil pessoas) são migrantes intermunicipais, ou seja, que trocaram de município de residência, mas continuaram morando no estado da Bahia e 44% são migrantes interestaduais. Portanto, a migração intermunicipal merece ser melhor investigada, pois parece trazer consigo uma série de indicativos sobre a dinâmica das aglomerações urbanas no estado da Bahia.

O estado da Bahia figura entre os estados brasileiros com maior extensão territorial e está entre os maiores em termos de população total, porém, internamente, há uma grande disparidade entre o tamanho das cidades. Dos 417 municípios, apenas nove detém população superior a 150 mil pessoas, sendo que três deles tem população muito superior à média de 33.614 habitantes por município do estado da Bahia: Vitória da Conquista com 307 mil pessoas, Feira de Santana com 557 mil habitantes e Salvador, a capital do Estado, com população de 2,68 milhões de moradores. De fato, como a maioria dos municípios são relativamente pequenos, sendo que 247

deles (59,2% do total) tem população inferior a 20 mil habitantes, se faz necessário analisar as aglomerações urbanas dentro do estado.

A evolução do número de pessoas residentes na área urbana dos municípios (tamanho das cidades) no estado da Bahia entre 2000 e 2010 sugere que a população se aglomera em pontos específicos. Essa concentração se dá em direção às fronteiras do Estado, em lugares como Paulo Afonso, Juazeiro, Barreiras, Vitória da Conquista, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Ilhéus, Itabuna, Jequié, região metropolitana de Salvador e Feira de Santana. Já a concentração no interior do Estado parece ocorrer, por exemplo, em Jacobina, Senhor do Bonfim, Bom Jesus da Lapa, Itaberaba.

A partir dessas observações, surge a necessidade de investigar como o nível de educação dos indivíduos atua no processo de migração entre os municípios do estado da Bahia. A População em Idade Ativa (PIA) residente no estado da Bahia, no ano de 2010, corresponde a 69% da população total. Observa-se também que apenas 5 % da população em idade ativa no estado da Bahia possui nível superior completo enquanto 50% da PIA não possui o Ensino Fundamental completo. Ao analisar apenas os migrantes intermunicipais em idade ativa, o somatório dos dois grupos mais escolarizados desse contingente mostra que 37% dos migrantes intermunicipais possuem pelo menos o ensino médio completo. Esses dados permitem sugerir que o nível de qualificação, medido pela escolaridade, provavelmente desempenha um papel importante na distribuição da população, e em especial, dos migrantes pelos municípios do estado da Bahia.

Reiteradamente aparecem indícios de que há relação entre o tamanho da cidade, o nível de qualificação dos migrantes intermunicipais e a forma como esses migrantes estão distribuídos entre os municípios do estado. Para empreender a busca por um maior entendimento dessas relações, são trazidos à tona alguns fatos estilizados sobre migração interna em países em desenvolvimento. Além desse, o arcabouço teórico da Nova Geografia Econômica ajuda a explicar, através das economias de aglomeração, como o tamanho das cidades se conecta à qualificação da população e dos migrantes.

Os trabalhos empíricos tratam o assunto sob diferentes óticas. Algumas pesquisas se ocupam em descrever os fluxos migratórios entre os municípios na tentativa de identificar padrões na distribuição espacial da população. Boa parte das pesquisas que envolvem migração voltam sua atenção para aspectos do mercado de trabalho e seu impacto na renda dos migrantes e não-migrantes. Outra categoria de investigação, no entanto, a exemplo dos trabalhos como Da Mata

et al (2007) e Araujo *et al* (2007) tem o propósito de discutir a razão que explica o fato de algumas cidades atraírem mais migrantes qualificados do que outras. Em síntese, diversas óticas podem ser utilizadas para investigar a migração entre municípios.

Com base em tudo que foi discutido até aqui, essa dissertação se propõe a analisar a migração entre os municípios do estado da Bahia. Mais especificamente, o estudo tem o propósito de investigar a relação entre o tamanho da cidade e o nível de qualificação do migrante intermunicipal. Para alcançar este intento foram utilizados, além de informações sobre características dos municípios da Bahia, os bancos de dados de registro de pessoas e de domicílios dos microdados da Amostra do CENSO de 2010. A hipótese levantada no trabalho é que de fato, o tamanho da cidade influencia na qualificação do migrante.

Este trabalho está dividido em cinco capítulos além desta introdução. No capítulo que se segue é feita a contextualização do problema de pesquisa através da caracterização do Estado da Bahia com ênfase na distribuição da população pelo território, mostrando como a migração dentro e fora do estado constitui elemento integrante da realidade brasileira. Aborda sucintamente aspectos migratórios no Brasil e mais particularmente, no estado da Bahia. É apresentada uma análise sobre a distribuição da população pelo território, o tamanho das cidades e o fluxo migratório. Por fim o capítulo discute o nível de educação dos residentes, e mais particularmente, dos migrantes intermunicipais.

O capítulo 3 traz uma síntese de aspectos teóricos e fatos estilizados sobre migração, em especial sobre migração interna em países em desenvolvimento. Nesse ínterim, buscou-se identificar na literatura qual o papel da qualificação do indivíduo e como o tamanho das cidades contribuem para explicar a decisão de migrar. O capítulo ainda discute elementos da Nova Geografia Econômica, que é utilizada na investigação do problema analisado nessa dissertação.

O capítulo 4 apresenta a metodologia empregada na presente dissertação. Inicialmente é explicada a modelagem econométrica a ser utilizada na estimação dos efeitos do tamanho da cidade sobre a qualificação do migrante. Em seguida é apresentada a descrição do banco de dados a ser utilizado para gerar os resultados.

O capítulo cinco traz os resultados e discussão a partir das estimações realizadas. A primeira seção apresenta um resumo dos dados utilizados na pesquisa, incluindo uma matriz de origens e destinos dos migrantes intermunicipais, enquanto a segunda seção discute os principais resultados das estimações. E para concluir, temos as considerações finais.

2 PADRÕES MIGRATÓRIOS DA REGIÃO NORDESTE

Este capítulo traz uma caracterização do Estado da Bahia com ênfase na distribuição da população pelo território, mostrando como a migração dentro e fora do estado constitui elemento integrante da realidade brasileira. A primeira seção aborda alguns aspectos migratórios no Brasil e mais particularmente, no estado da Bahia. Na seção seguinte é apresentada uma análise socioeconômica do estado, sobre a distribuição da população pelo território, o tamanho das cidades e o fluxo migratório. A terceira seção discute o nível de educação dos residentes e dos migrantes intermunicipais. Algumas conjecturas são feitas a respeito da qualificação dos migrantes, e por fim, na última seção são explicitados o problema e objetivos da pesquisa.

2.1 DINÂMICA POPULACIONAL NO BRASIL E NO ESTADO DA BAHIA

A migração no Brasil a partir da segunda metade do século XX, ocorreu em dois padrões migratórios bem característicos: a saída de pessoas do campo para a cidade e o movimento migratório entre as grandes regiões do país. A migração rural-urbana ajudou a promover a urbanização crescente do território brasileiro: segundo Rigotti (2014) "a população urbana passou de 36,2% para 56,0% da população total, entre 1950 e 1970". Em 2017 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estima que 84% da população é urbana, o que representa, em números, 174,42 milhões de pessoas. O segundo padrão foi um movimento de saída de pessoas das regiões Norte e Nordeste para as regiões Sul e Sudeste. Mais especificamente, a Região Nordeste do Brasil é a principal origem dos imigrantes que chegaram nas regiões Sul e Sudeste. Segundo Lou *et al* (2014) foi o processo de industrialização brasileira, a partir dos anos 1950, que deflagrou o processo de migração interna.

Lou e Magalhães (Orgs, 2014) comentam que, no Brasil, o grande êxodo rural que se verificou a partir da metade do século XX transformou, em duas décadas, um país essencialmente rural em um país predominantemente urbano. Este momento coincidiu com os primeiros estágios da transição demográfica, quando a mortalidade passou a entrar em declínio e a fecundidade persistia em níveis elevados. A alta natalidade sustentou o êxodo de jovens migrantes rumo aos grandes centros urbanos, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro, em escala nacional, mas também procedentes de pequenas localidades para as capitais dos estados. O resultado foi que

a população urbana passou de 36,2% para 56,0% da população total, entre 1950 e 1970. O acréscimo superior a 32 milhões de pessoas residindo em áreas urbanas refletiu sobre as profundas mudanças socioeconômicas e culturais, contemporâneas ao período do governo militar.

No período histórico mais recente, entre 1990 e 2000, houve uma mudança: expressiva migração de retorno (pessoas que foram morar em outros estados retornaram ao seu local de origem) e menos pessoas emigraram para outros estados. A migração de retorno, mesmo quando oriunda de outros Estados, pode ser uma variável importante a ser considerada. Já outros tipos de migração como a pendular e a sazonal talvez não desempenhem papel relevante para o estudo proposto.

Verifica-se que a migração intermunicipal (intraestadual) tem peso maior que a migração interestadual. Um estudo realizado por LOU, I. A. C *et al.* (2014) calcula que do total de pessoas que chegaram para residir nos municípios do estado da Bahia em 2010, 72% vieram de outras localidades dentro do próprio estado. A emigração interna, pessoas que saem de suas cidades na Bahia para residir em outros municípios do Estado, corresponde a 55%.

Sobre o panorama histórico da migração no Estado da Bahia, duas dinâmicas bem distintas balizaram a história econômica recente do estado. A primeira foi marcada pelo modelo primário-exportador, que se estende do período colonial até 1970. Já a segunda, com o processo de industrialização a partir da década de 1970. Esta última, inaugurada pela indústria petroquímica, ampliada pela metalurgia do cobre, pela indústria de celulose e, posteriormente, pela indústria automobilística.

Tais empreendimentos industriais se concentraram na Região Metropolitana de Salvador (RMS), a qual corresponde a 70% da produção industrial do estado (ALCOFORADO, 2003, p.70). Assim, a partir da década de 1970, no contexto da política do governo federal de substituição de importações, o estado da Bahia foi contemplado com vários projetos industriais que tinham por objetivo a produção de bens intermediários (intensivos em capital e tecnologicamente modernos) complementar à matriz de produção já desenvolvida na região Sudeste do país.

O processo de industrialização inaugurado no estado da Bahia trouxe profundas mudanças na sua estrutura econômica. De um modo geral, houve uma redução do peso da agricultura e um aumento da participação do setor secundário no PIB, principalmente dos segmentos químico e

petroquímico e extrativo mineral. O desenvolvimento desses setores fez com que a Bahia se transformasse em uma das principais fornecedoras nacionais de matérias-primas e bens intermediários.

Contudo, Alcoforado (op. cit) defende que o complexo petroquímico não produziu os efeitos multiplicadores esperados com a implantação de um parque de indústrias de transformação produtoras de bens finais. Além disso, monopolizou a captação dos recursos regionais para o financiamento de outros segmentos industriais alternativos, bem como ampliou a dependência da Bahia às flutuações da economia nacional e internacional. O aumento da integração do mercado nacional foi determinante para a economia baiana, pois condicionou as possibilidades de produção e ampliação das fábricas existentes e as perspectivas de implantação de novas fábricas a regras mercadológicas externas independentes da capacidade de influência do Estado.

2.2 DINÂMICA INTERMUNICIPAL DOS MOVIMENTOS POPULACIONAIS NO ESTADO DA BAHIA

Existem diferentes formas de compartimentalizar o espaço geográfico. O IBGE divide o estado da Bahia em oito mesorregiões que se subdividem em 32 microrregiões, ao todo. O Governo do estado, para fins de planejamento de políticas, reconhece desde 2010 os "Territórios de Identidade", que totalizam 27 territórios definidos por elementos multidimensionais, incluindo critérios como cultura e coesão social. Por fim, uma divisão que vigorou por muito tempo foi as "Regiões Econômicas do Estado da Bahia", que são: Região Metropolitana de Salvador, Região Extremo Sul, Região Paraguaçu, Região Oeste, Região Serra Geral, Região Litoral Norte, Região Sudoeste, Região Litoral Sul, Região Piemonte da Diamantina, Região do Médio São Francisco, Região Baixo Médio São Francisco, Região Nordeste, Região Irecê, Região da Chapada Diamantina, Região Recôncavo Sul, totalizando quinze regiões. Desse modo é possível fazer uma análise da dinâmica populacional em diferentes recortes geográficos no estado.

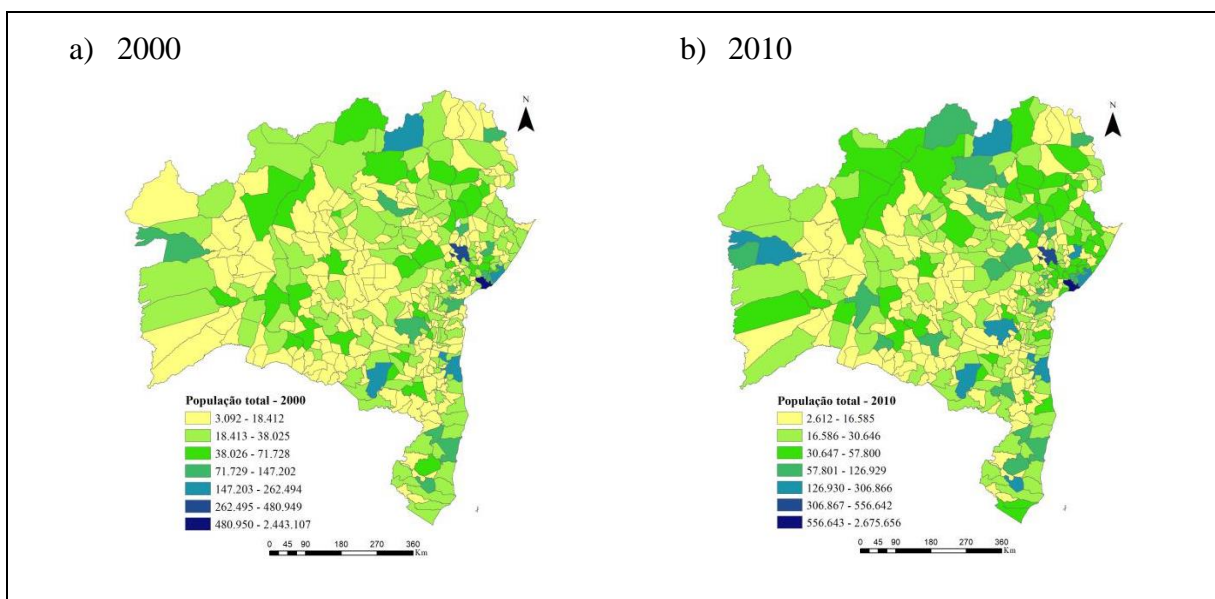
O Estado da Bahia figura entre os Estados brasileiros com maior extensão territorial e está entre os maiores em termos de população total. Em 2010 o estado da Bahia possuía aproximadamente 14 milhões de habitantes distribuídos em 417 municípios, com média de 33.614 habitantes por município. Dos 417 municípios, apenas nove detém população superior a 150 mil pessoas,

sendo que três deles tem população muito superior à média: Vitória da Conquista com 307 mil pessoas, Feira de Santana com 557 mil habitantes e Salvador, a capital do Estado, com população de 2,68 milhões de moradores. De fato, a maioria dos municípios são relativamente pequenos, sendo que 247 deles (59,2% do total) tem população inferior a 20 mil habitantes.

Em 2012 o estado Bahia mantinha-se como a sexta economia mais importante do Brasil, representando 3,9% do Produto Interno Bruto do país, seu montante era de R\$ 186,4 bilhões (em 1998 esse percentual era de 4,1%, para a mesma colocação em participação no PIB brasileiro). Já em relação ao PIB per capita, ocupa a 21ª posição no ranking dos estados. (SEI, 2014).

As alterações na distribuição da população pelo território do estado da Bahia parecem sugerir que está havendo um deslocamento de pessoas das cidades menores em direção às cidades maiores, mas não necessariamente para as maiores cidades do estado, como pode ser observado na Figura 1. Entre 2000 e 2010, 145 municípios tiveram sua população reduzida. Destes, 103 municípios tinham menos de 20 mil habitantes e outros 35 municípios tinha população entre 20 e 40 mil habitantes em 2000. Como contraponto, dos 270 municípios que cresceram em termos populacionais no mesmo período, metade deles chegou em 2010 com população de no máximo 20 mil habitantes. Apesar das mudanças, permanece mantida a característica de que, na Bahia, a população distribuída de forma esparsa em pequenos municípios.

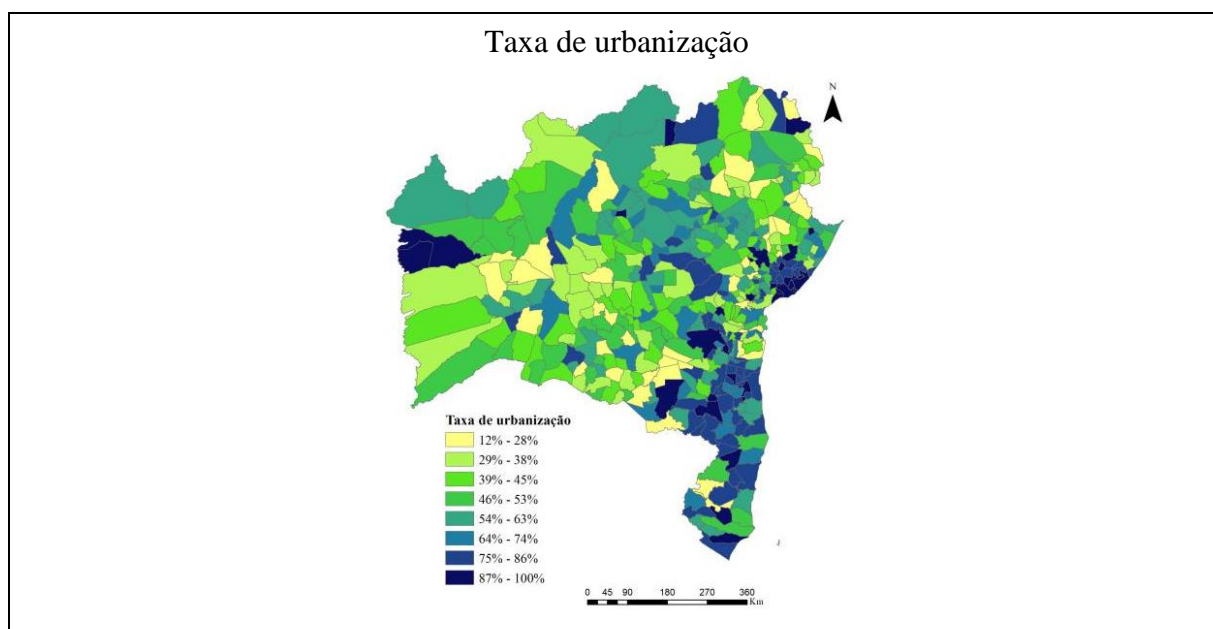
Figura 1 — Distribuição da população, em número de habitantes, no Estado da Bahia



Fonte: elaboração própria, dados do IBGE (2010)

Além de analisar a população total, que inclui zonas urbana e rural, também é necessário verificar como a população se distribui entre as cidades. Apesar de a Bahia ser um estado eminentemente urbano, com taxa de urbanização de 72%, a população rural de muitos municípios é bastante expressiva. Na Figura 2 é possível visualizar que existem grandes áreas aonde a taxa de urbanização é inferior a 50%. Assim, mesmo quando o migrante reside em área rural, é provável que as características da cidade também influenciem na decisão de migrar para aquele município.

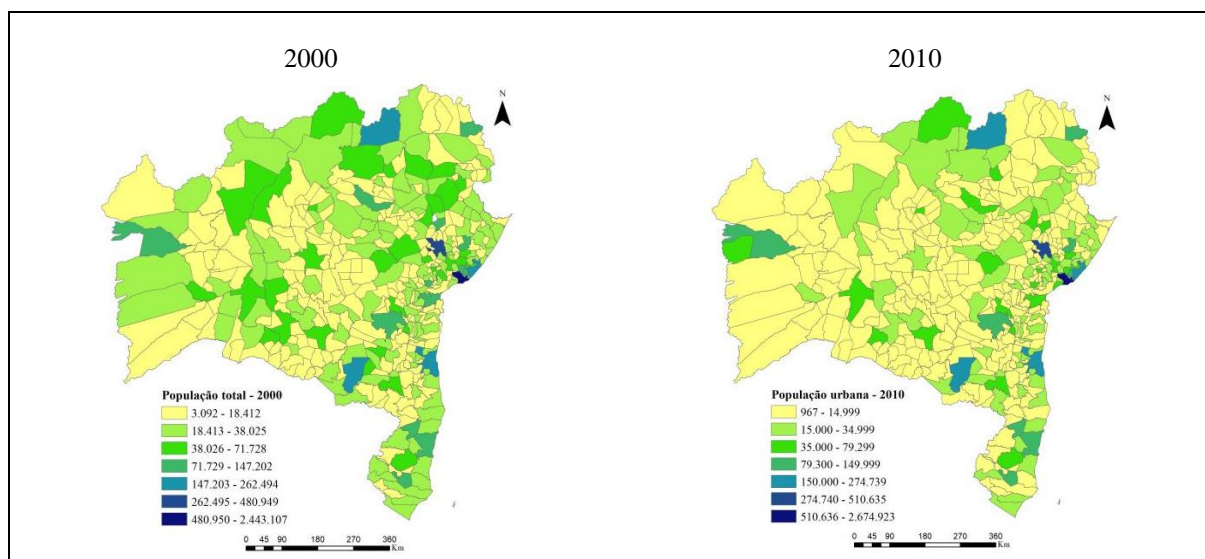
Figura 2 — Percentual da população urbana dos municípios do Estado da Bahia em 2010



Fonte: elaboração própria, dados do IBGE (2010)

A evolução do número de pessoas residentes na área urbana dos municípios (tamanho das cidades) no estado da Bahia entre 2000 e 2010 parece sugerir que a população se aglomera em pontos específicos. Essa concentração se dá em direção às fronteiras do Estado, em lugares como Paulo Afonso, Juazeiro, Barreiras, Vitória da Conquista, Eunápolis, Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Ilhéus, Itabuna, Jequié, região metropolitana de Salvador e Feira de Santana. Já a concentração no interior do estado parece ocorrer, por exemplo, em Jacobina, Senhor do Bonfim, Bom Jesus da Lapa, Itaberaba. Esse retrato torna-se evidente ao se comparar as taxas de urbanização dos municípios (Figura 2) com a distribuição da população urbana entre os municípios (Figura 3).

Figura 3 — Distribuição da população urbana entre os municípios do Estado da Bahia



Fonte: elaboração própria, dados do IBGE (2010)

Com o objetivo de explorar melhor o possível fenômeno do movimento populacional no estado da Bahia, é interessante decompor a população residente em categorias, a saber: (i) migrantes intermunicipais, como as pessoas que mudaram de município, dentro do próprio Estado; (ii) migrantes interestaduais, como aqueles que, no espaço de tempo definido, saiu de outro estado da federação, imigrando para o estado da Bahia; (iii) não-migrantes, sendo estes os demais residentes dos municípios (Tabela 1).

Tabela 1 — Distribuição da população do estado da Bahia entre migrantes intermunicipais e outros residentes em 2010

Tipo de residente	Quantidade de pessoas	Percentual
Migrante intermunicipal	706.084	5%
Migrante interestadual	561.285	4%
Não-migrante	12.749.537	91%
Total	14.016.906	100%

Fonte: elaboração própria, dados do IBGE (2010)

Os dados apresentados na Tabela 1, seguindo essa configuração, mostra que 9% da população residente (1.267.369 pessoas em 2010) no Estado da Bahia resulta de deslocamentos

populacionais, sejam provenientes de uma movimentação entre municípios no estado da Bahia ou de outros estados. Do total de migrantes, 56% deles (706 mil pessoas) são migrantes intermunicipais, ou seja, que trocaram de município de residência, mas continuaram morando no estado da Bahia e 44% são migrantes interestaduais.

2.3 MIGRAÇÃO INTERMUNICIPAL NO ESTADO DA BAHIA

O estado da Bahia, seguiu a tendência da Região Nordeste em relação à demografia e apresenta crescimento urbano e conseqüente diminuição da população rural entre 2000 e 2010. Neste mesmo período houve redução da população total em 35% dos municípios. Historicamente o estado da Bahia tem um fluxo de migrantes para outros estados maior do que o contingente de migrantes que recebe de outros estados. No entanto, existe uma tendência de redução desse saldo migratório negativo, conforme apontam LOU *et al.* (2014a)¹. Estes autores calcularam que, entre 2005 e 2010 houve na Bahia uma perda de 237.136 pessoas o que representa uma diferença de 27.662 emigrantes em relação ao período anterior de 1995-2000.

Da Mata *et al.* (2007) explicam que os estudos sobre migração no Brasil têm focado, em sua maioria, no processo migratório em nível estadual. Na percepção dos autores, os migrantes ponderam mais nas suas decisões de migração as características da cidade de destino do que as do estado de destino. Em tese, as pessoas que residem nas cidades menores (em número de habitantes) tem menos oportunidade de se qualificar. No entanto, os que conseguem se qualificar, muito provavelmente saem em busca de melhores condições de vida e trabalho.

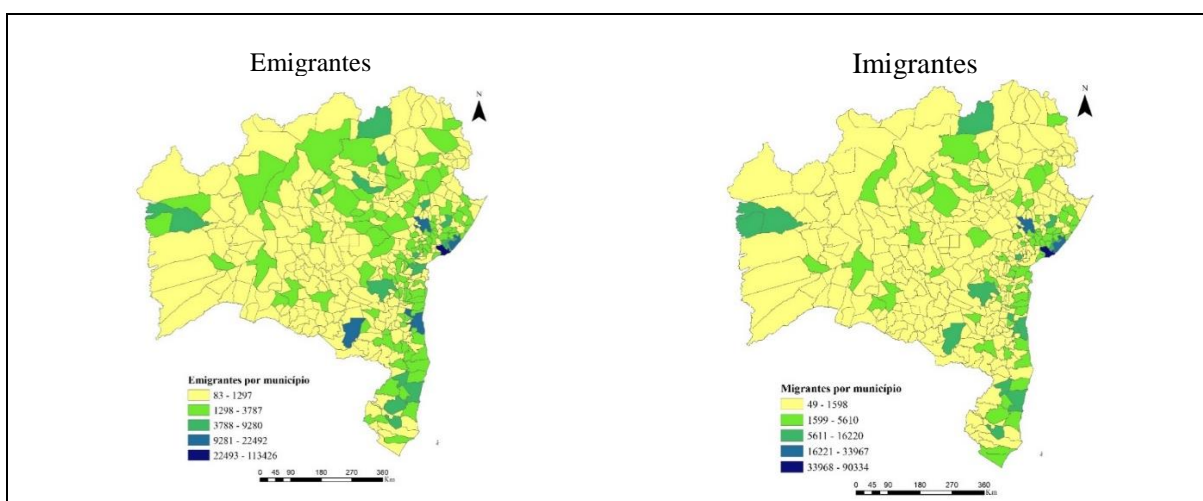
A migração passou a ser elemento importante na configuração do espaço geográfico inclusive porque houve um arrefecimento do crescimento vegetativo nas últimas décadas. Apesar de o estado da Bahia ser um dos estados que mais enviaram pessoas para morar em outras unidades da federação, dentre as pessoas que emigram de seus municípios, o contingente que tem se deslocado dentro do próprio estado tem se mostrado superior a 70% (LOU *et al.*, 2014). Isso sugere que a migração intermunicipal é um fenômeno que precisa ser melhor investigado no estado.

¹ O autor cita os estudos de SAHOTA, 1968; AZZONI et al., 1999; RAMOS; ARAÚJO, 1999; SILVEIRA NETO, 2005

É possível considerar que uma parcela das cidades e municípios no estado da Bahia tem perdido população enquanto outra parcela tem experimentado crescimento da população. Os fatores que levam à essa afirmação são a evolução da população total e urbana nos municípios ao longo dos anos, a “quase-estagnação” do crescimento vegetativo e o movimento de migrantes dentro e fora do Estado. Desse modo a compreensão desses fatores permite que se possa prever a dinâmica das aglomerações urbanas do estado da Bahia.

A categoria de migrantes intermunicipais merece ser melhor investigada, pois parece trazer consigo uma série de indicativos sobre a configuração e reconfiguração do espaço geográfico, da economia regional e economia urbana. Portanto, é importante compreender melhor como as pessoas estão se realocando no espaço. A Figura 4 ilustra de onde partem e para aonde foram as pessoas que decidiram sair do município onde viviam. É possível observar nos mapas que a dinâmica da migração intermunicipal ocorre nas grandes cidades do estado e na faixa litorânea. No entanto, observa-se na área central do estado um possível movimento de aglomeração de pessoas que emigraram de uma área mais ampla no centro e no noroeste do estado de forma a se concentrar em alguns pontos também no interior do estado da Bahia. Assim, os elementos analisados parecem sugerir que o crescimento da população via migração nos municípios do estado da Bahia ocorre de forma a se concentrar em espaços contíguos na faixa litorânea e em pontos esparsos no restante do estado.

Figura 4 — Origens e destinos dos migrantes intermunicipais no estado da Bahia

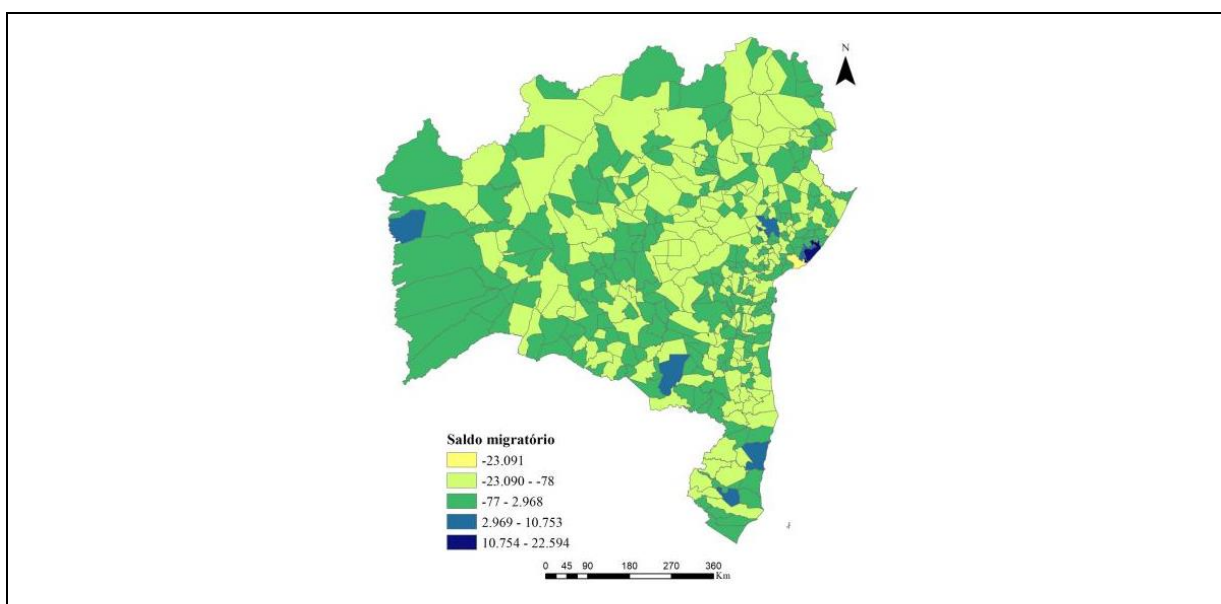


Fonte: elaboração própria, dados do IBGE (2010)

O saldo migratório intermunicipal, mensurado pela diferença entre o número de imigrantes intermunicipais e o total de emigrantes intermunicipais, é apresentado na Figura 5. As áreas

mais claras mostram os municípios que enviaram mais residentes para fora do que receberam de outras localidades do estado. De forma análoga, as áreas mais escuras mostram as localidades que estão recebendo os migrantes vindos de outros municípios do estado da Bahia. É possível perceber que a região do Semiárido Baiano vem perdendo população para o restante do estado.

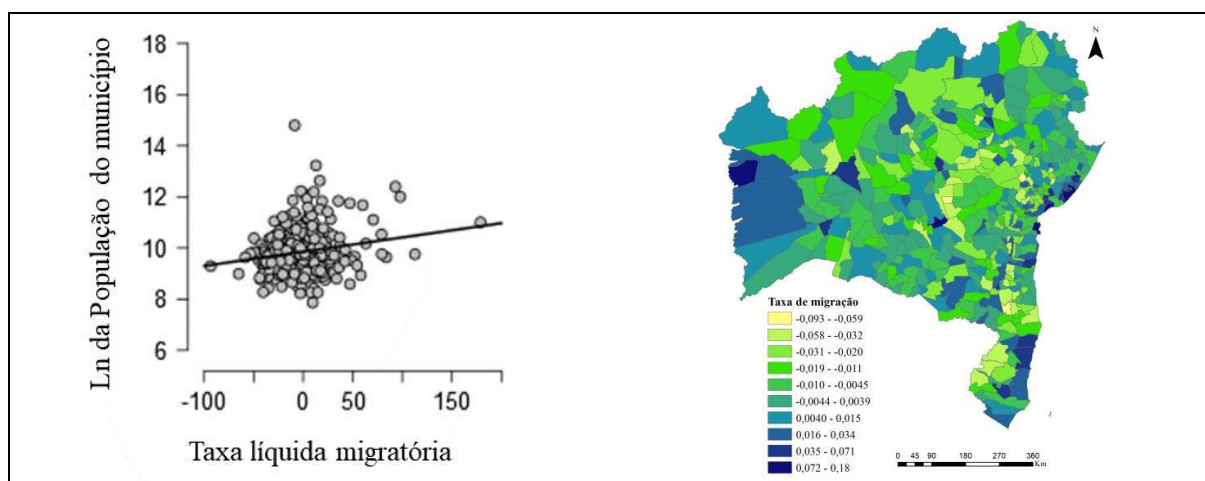
Figura 5 — Saldo migratório intermunicipal no estado da Bahia, 2010



Fonte: elaboração própria, dados do IBGE (2010)

A taxa líquida de migração intermunicipal apresentada na Figura 6 é um indicador construído a partir do saldo migratório intermunicipal dividido pela população total do município e representa o quanto a migração contribui para a mudança na população. A leitura do gráfico contido na figura sugere que existe uma tendência geral de os municípios menores (em termos de nº de habitantes) possuírem taxa líquida de migração intermunicipal negativa enquanto os maiores municípios apresentam taxas líquidas positivas. No mapa, os extremos, representados pelas áreas em cores mais claras e as áreas com cores mais escuras, indicam as localidades em que a migração intermunicipal tem mais peso na composição da população do município. Dessa forma, depreende-se que quanto menor a população do município, maior a quantidade de pessoas que saem dele. Já para os municípios com maior população, mais expressiva é a representatividade dos imigrantes na composição da população total.

Figura 6 — Taxa líquida de migração intermunicipal no Estado da Bahia, 2010



Fonte: elaboração própria, dados do IBGE (2010)

Nota 1: taxa líquida de migração intermunicipal = (saldo migratório) / (população total do município)

Nota 2: no gráfico a taxa líquida de migração intermunicipal está expressa em nº de pessoas por mil habitantes

2.4 NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS EM IDADE ATIVA

Uma vez examinada a movimentação da população no estado da Bahia, serão identificados nessa seção pessoas que podem exercer, direta ou indiretamente, algum tipo de contribuição para os municípios. Neste sentido é válido considerar características como a idade e a escolaridade dos indivíduos. Para tanto, foi calculado quantos são os indivíduos residentes no estado da Bahia que compõe a População em Idade Ativa (PIA), ou seja, pessoas com idade a partir de 14 anos e em seguida foram estratificados por grupos segundo o nível de qualificação.

A população em idade ativa residente no estado da Bahia, no ano de 2010, corresponde a 69% da população total. A Tabela 2 apresenta a população total residente no estado da Bahia, componentes da PIA, de acordo com o nível de qualificação que possuem. A qualificação do indivíduo está expressa em termos de anos de estudo de educação formal e estão agrupadas da como se segue: pessoas entre zero e três anos de estudo correspondem àqueles sem instrução ou com Ensino Fundamental I (antes conhecido como Primário) incompleto; pessoas com tempo de estudo formal variando de quatro a sete anos compreendem aqueles que estudaram entre o sexto e o nono ano e não concluíram o Ensino Fundamental II, que antes era chamado de Segundo Grau; a coorte que possui de oito a dez anos de estudo possui o Ensino Médio incompleto; as pessoas que concluíram o ensino médio mas ainda não concluíram um curso de nível superior são aquelas que tem de onze a quatorze anos de estudo; e, por fim, pessoas que possuem o Ensino Superior completo apresentam quinze anos ou mais de estudo. O ponto de

corte de 14 anos de idade e a divisão da PIA em cinco grupos de anos de estudo torna possível uma análise mais criteriosa da distribuição da população quanto ao nível de escolaridade.

Tabela 2 — Qualificação da população em idade ativa residente no estado da Bahia em 2010

Nível de qualificação (anos de estudo)	Total de pessoas a partir de 14 anos de idade	Percentual
0 a 3	2.542.147	26%
4 a 7	2.328.151	24%
8 a 10	1.809.886	19%
11 a 14	2.499.074	26%
15 ou mais	480.953	5%
TOTAL	9.660.211	100%

Fonte: elaboração própria, dados do IBGE (2010)

Ainda sobre a Tabela 2, observa-se que apenas 5 % da população em idade ativa no estado da Bahia possui nível superior completo. Cada uma das outras categorias detém em média 23,75% da PIA, apesar de a categoria de pessoas com Ensino Médio incompleto possuir a menor participação entre as quatro categorias restantes. Apesar de a distribuição da população pelas categorias de anos de estudo ser mais ou menos homogênea, é notável que 50% da população em idade ativa não possuem o Ensino Fundamental completo.

A fim de aprofundar a análise, a Tabela 3 é uma tabela de contingência que mostra a distribuição percentual da PIA dividida por nível de qualificação (anos de estudo) e decomposta pelas três categorias de residentes conforme discriminados na seção 2.2 deste capítulo. A análise da tabela aponta alguns possíveis padrões. As três categorias de residentes possuem uma distribuição interna das pessoas de acordo com o nível de escolaridade bastante semelhante. Apesar disso, é possível observar também que, aparentemente as pessoas dos grupos de maior escolaridade são também as pessoas mais propensas a migrar. E entre os migrantes, 10% dos migrantes interestaduais que imigraram para o estado da Bahia possuem nível superior completo, contra 6% dos migrantes intermunicipais. Somando os dois grupos mais escolarizados, 37% dos migrantes intermunicipais possuem pelo menos o ensino médio completo e cerca de 40 % dos migrantes interestaduais também estão na mesma situação. Esses dados permitem sugerir que o nível de qualificação, medido pela escolaridade, provavelmente

desempenha um papel importante na distribuição dos migrantes pelos municípios do estado da Bahia.

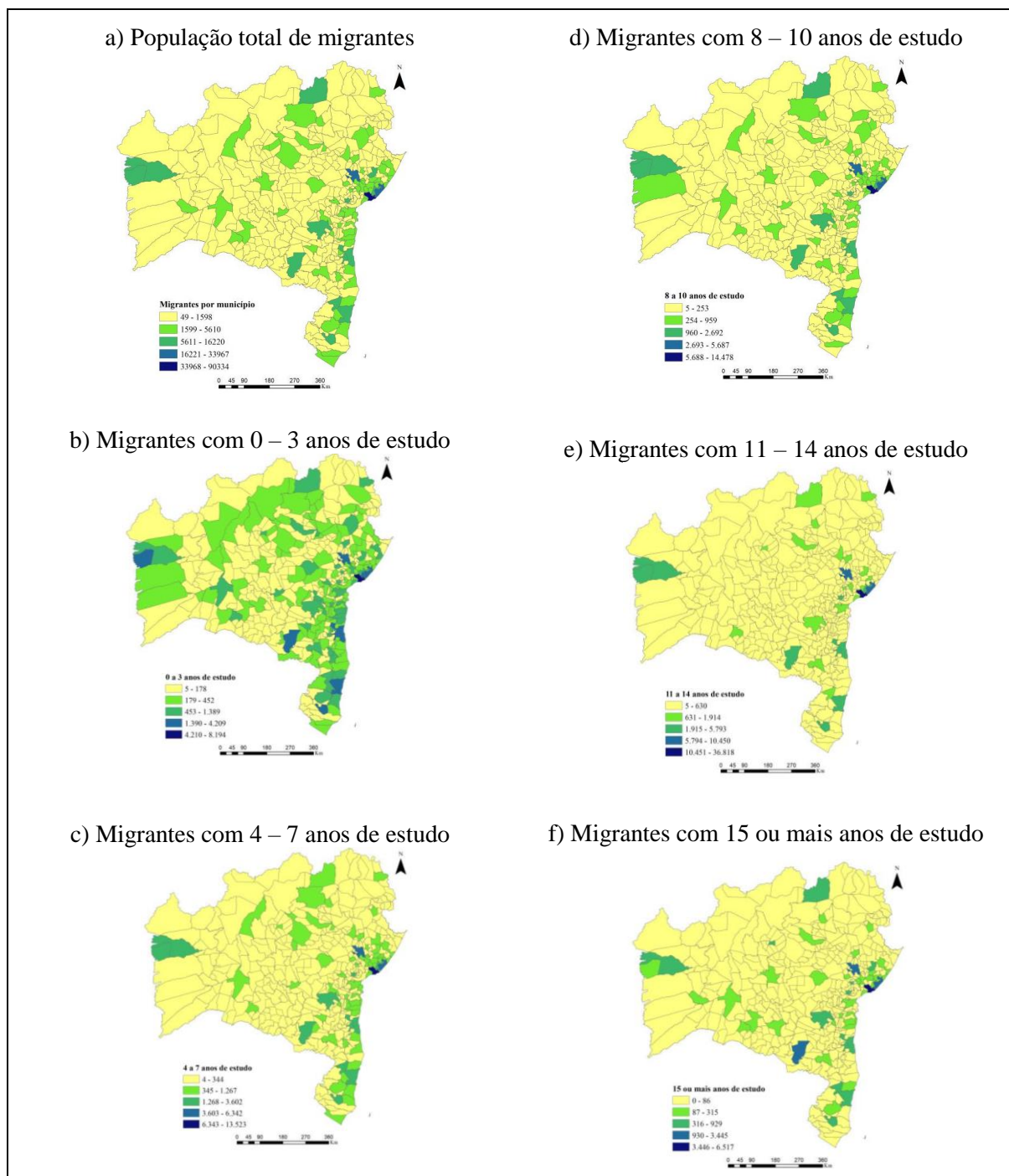
Tabela 3 — Distribuição de pessoas acima de 14 anos, na Bahia, segundo o nível de qualificação (anos de estudo) e a categoria de residente.

Nível de qualificação (anos de estudo)	0 a 3	4 a 7	8 a 10	11 a 14	15 ou mais	TOTAL
Migrante intermunicipal	20%	24%	19%	31%	6%	100%
Migrante interestadual	17%	23%	21%	29%	10%	100%
Não-migrante	27%	24%	19%	25%	5%	100%

Fonte: elaboração própria, dados do IBGE (2010)

Reiteradamente aparecem indícios de que há relação entre o tamanho da cidade, o nível de qualificação dos migrantes intermunicipais e a forma com que estão distribuídos entre os municípios do estado. A Figura 7 apresenta a distribuição desses migrantes intermunicipais para cada nível de qualificação até então discutido. O primeiro mapa mostra o total de migrantes independentemente da qualificação, ao passo que os outros mapas procuram decompor a distribuição dos migrantes pelo território do estado. Aparentemente, os mapas contidos na figura sugerem que as pessoas menos qualificadas estão mais distribuídas pelo território, enquanto os migrantes intermunicipais mais qualificados, aqueles que tem pelo menos 11 anos de estudo formal, tendem a se concentrar em algumas áreas, provavelmente em direção a cidades onde há maior aglomeração de pessoas.

Figura 7 — Distribuição dos migrantes intermunicipais no Estado da Bahia, participantes da População em Idade Ativa, por nível de qualificação



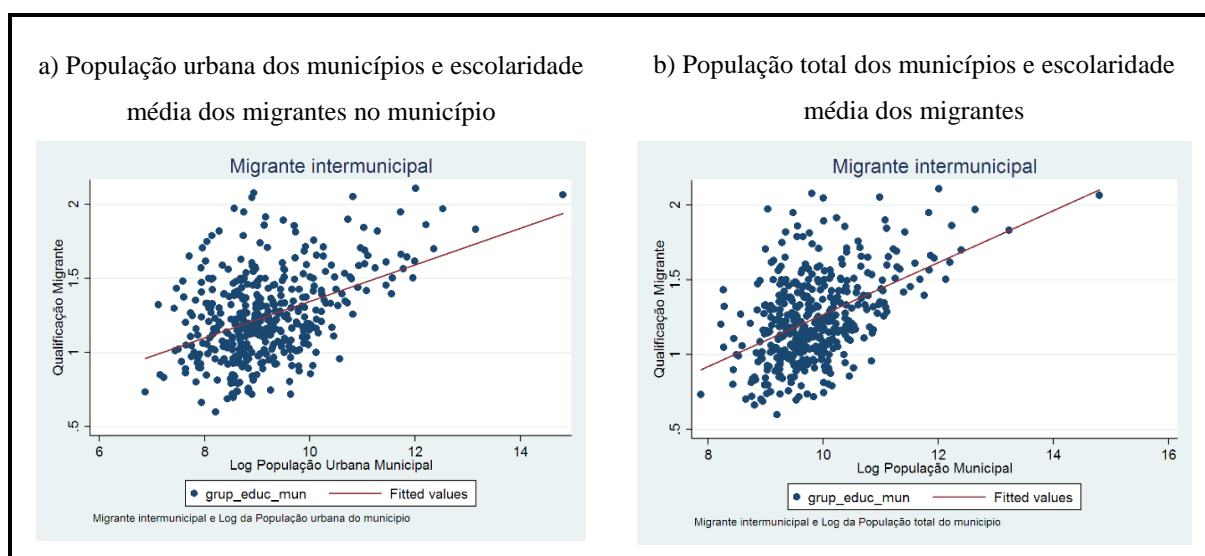
Fonte: elaboração própria, dados do IBGE (2010)

Nota: correspondência dos anos de estudo com o nível da qualificação: a) Total de migrantes independentemente do nível de qualificação; b) Pessoas sem instrução ou com Primário/ Ensino Fundamental I incompleto; c) Ensino Fundamental II incompleto; d) Ensino médio incompleto; e) Ensino superior incompleto; f) Ensino superior completo

2.5 TAMANHO DAS CIDADES E ATRAÇÃO DE MIGRANTES

O problema de pesquisa que emerge diante do contexto apresentado anteriormente é: os municípios do estado da Bahia com maior população urbana possuem maior potencial para atrair migrantes intermunicipais mais qualificados? A hipótese levantada no trabalho é que, de fato, o tamanho da cidade influencia na qualidade do migrante. Uma análise preliminar, apresentada na Figura 8, mostra que, ao observar a relação do tamanho da cidade e o nível médio de escolaridade do residente proveniente de outro município sugere que faz sentido o aprofundamento da análise.

Figura 8 — Relação entre a população do município e a escolaridade média dos migrantes intermunicipais no estado da Bahia



A Figura 8 mostra que tanto para a população total quanto para a população urbana do município, o tamanho da população está correlacionado com a qualificação do migrante intermunicipal. A questão que se coloca é como os outros fatores correlacionados com o tamanho da população residente na zona urbana do município afetam essa relação entre o tamanho da cidade e a qualificação do migrante intermunicipal que ela atrai. Para delinear a resposta a este questionamento, o próximo capítulo apresenta o modelo teórico e a revisão de literatura empírica a serem utilizados na análise.

Em síntese, este capítulo analisou aspectos demográficos e a distribuição espacial da população no estado da Bahia. O estado da Bahia está entre os maiores estados do Brasil em termos de população total. A maioria dos municípios são relativamente pequenos, sendo que 59% do total tem população inferior a 20 mil habitantes. A evolução do número de pessoas residentes nas cidades do estado da Bahia entre 2000 e 2010 mostra que a população se aglomera em pontos específicos. É possível observar que existe um deslocamento da população dentro do próprio estado e, portanto, os fatores que contribuem para que essas movimentações ocorram precisam ser investigados. Os dados indicam que, de maneira geral, as pessoas menos qualificadas estão mais distribuídas pelo território enquanto os migrantes intermunicipais com pelo menos 11 anos de estudo formal, tendem a se concentrar em algumas áreas, provavelmente em direção a cidades aonde há maior aglomeração de pessoas.

3 MIGRAÇÃO: ASPECTOS TEÓRICOS E TRABALHOS EMPÍRICOS

Este capítulo começa trazendo uma síntese de aspectos teóricos e fatos estilizados sobre migração, em especial sobre migração interna em países em desenvolvimento. Nesse ínterim, buscou-se identificar na literatura qual o papel da qualificação do indivíduo e como o tamanho das cidades contribuem para explicar a decisão de migrar ou explicar que tipo de migrante as cidades estão atraindo. A seção seguinte delinea o pano de fundo (modelo teórico) que servirá de análise ao problema investigado nessa dissertação. Por fim, é feito um levantamento de estudos empíricos sobre migração.

3.1 MIGRAÇÃO INTERNA

Migração é um tema que costuma ser visto por dois enfoques diferentes — a migração entre países e a migração dentro dos países. A migração internacional, além das motivações tradicionais de busca por melhorias na qualidade de vida e renda pelos indivíduos, tem sido alvo de atenção devido ao grande contingente de pessoas que fogem de países em conflito, guerra ou condições sub-humanas. Já a migração interna, trata das diversas questões que envolvem a redistribuição das pessoas dentro do mesmo país. Os movimentos migratórios dentro dos países vêm sendo estudados ao longo dos anos, de forma que, segundo Lucas (1997), tem aparecido uma literatura substancial sobre a economia da migração interna nos países em desenvolvimento.

As discussões envolvendo migração interna nos países em desenvolvimento passaram por uma ampliação de escopo. Esses estudos inicialmente foram direcionados à migração rural-urbana. Mas a migração entre cidades e regiões se mostra importante para a compreensão das diferenças e desigualdades dentro do mesmo país. Outras nuances do mesmo tema (migração interna nos países em desenvolvimento) são os movimentos pendulares (deslocamentos para trabalho ou estudo sem mudar o local de residência), as migrações de retorno, a mobilidade espacial da população, entre outros. Lucas (1997) argumenta que “[o] interesse em qualquer uma das formas varia de acordo com as questões em jogo: os movimentos dentro de uma cidade podem ser de interesse para o planejamento urbano, mas nem tanto para uma estratégia global de emprego”.

Ainda segundo Lucas (1997) as contribuições teóricas sobre o tema também evoluíram em paralelo com a evolução mais ampla da teoria microeconômica convencional: a partir de modelos de capital humano simples, depois levando-se em consideração a incerteza, informação assimétrica e comportamento estratégico. Muito se tem pesquisado em relação a evidências empíricas. Questões políticas também têm sido objetos de estudo, e experiências com as políticas relacionadas com a migração têm recebido atenção na literatura nos últimos anos.

Brito (2007), ao escrever um ensaio sobre as migrações internas ocorridas no Brasil por volta dos anos 2000, defendia que a mudança para as grandes regiões urbanas costumava ser a melhor opção para a melhoria do padrão de vida de quem se propunha a migrar. “O migrante é considerado como um indivíduo dotado de racionalidade econômica na decisão de migrar e, portanto, capaz de desenhar os seus caminhos pelo território de uma maneira adequada às necessidades do mercado de trabalho” (Brito 2007:3). Além disso, migrar representa(va) oportunidades de melhoria na qualidade de vida, uma vez que a mobilidade espacial muitas vezes vinha acompanhada de mobilidade social.

É útil estabelecer alguns dos padrões gerais que caracterizam a migração interna dentro dos países em desenvolvimento. Lucas (1997) argumenta que as bases de dados disponíveis a partir dos censos e de pesquisas por amostragem normalmente registram uma quantidade limitada de informações sobre os deslocamentos por pessoa. Um censo ou pesquisa pode registrar local de nascimento, que pode ser diferente do local onde a criança foi criada. Outro ponto é a quantidade de deslocamentos entre dois períodos levantados, que podem conter mais de uma etapas de migração. Estes são alguns dos problemas que costumam ocorrer em países em desenvolvimento.

Uma segunda fonte de limitação está no grau de desagregação ao relatar o local de residência atual ou anterior. Em alguns países, frequentemente apenas uma região ampla é codificada, e nem sempre há alguma indicação sobre se a residência está em uma zona rural ou urbana. Todas essas nuances podem impedir a estimativa da extensão de, por exemplo, a mobilidade rural-urbana ou rural-rural dentro de uma mesma região (Lucas, *op. cit.*).

Brito (2007) procurou traçar um paradigma geral das teorias sobre as migrações sob o ponto de vista econômico e sociológico, tendo restringido seu ensaio às migrações em direção às áreas urbanas, grandes cidades e regiões metropolitanas. Ele argumenta que, do ponto de vista

econômico as migrações foram influenciadas pela teoria do desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra, enquanto que pelo lado sociológico a influência se deu pela teoria da modernização social. Para Brito (2007), apoiado em autores como Singer e Todaro, compreendem as migrações como necessárias e positivas para o desenvolvimento do capitalismo e para a mobilidade social dos indivíduos, dentro do contexto dos desequilíbrios setoriais e espaciais de uma economia em desenvolvimento.

Borjas (2014), em seu livro mais recente, resume boa parte de seus trabalhos anteriores ao tempo em que atualiza muitas das contribuições empíricas de seus artigos seminais. O livro se concentra principalmente em vários aspectos do mercado de trabalho, de forma que procura investigar os determinantes dos rendimentos dos migrantes, bem como as relações entre a chegada de imigrantes e os ganhos dos nativos. O mote central de Borjas é que imigração gera consequências de tal forma que o benefício de uns implica no prejuízo de outros.

Card e Peri (2016) fizeram uma resenha crítica desse livro de Borjas, o *Immigration Economics*, publicado em 2014. Segundo Card e Peri (2016) não existe um consenso entre os pesquisadores acerca de quais são as correlações de interesse que devem ser explicadas por um modelo que trate do impacto dos migrantes. Diferenças de opiniões sobre quais devem ser as correlações de interesse são alvo de debates sobre o efeito dos salários na migração e o efeito que os imigrantes causam na mobilidade dos nativos.

Os pesquisadores Card e Peri (2016, p.1336) argumentam que os estudos empíricos mais recentes começam por assumir que os imigrantes e nativos podem ser classificados em um número relativamente pequeno de grupos de habilidades e em seguida modelam a imigração como uma alteração na oferta de diferentes tipos de trabalho. E é exatamente esse o ponto onde os autores supracitados começam a divergir de Borjas. O debate na literatura no que diz respeito ao impacto da imigração sobre os salários dos nativos acaba seguindo duas vertentes, conforme argumentam Card & Peri (2016). Alguns pesquisadores, incluindo Borjas, acreditam que existe um impacto negativo, enquanto outros - inclusive os autores supracitados - acreditam que o impacto da migração é positivo. Os autores argumentam que a magnitude e até mesmo o sinal das correlações descritivas básicas dependem de quais correlações são consideradas de interesse.

3.2 NOVA GEOGRAFIA ECONÔMICA E MIGRAÇÃO

Ao sintetizar o que vem a ser a Nova Geografia Econômica – NGE, CRUZ *et al.* (2011) explicam que “[...] a NGE tenta identificar a dinâmica e a interação de forças, geradas a partir de mecanismos microeconômicos, que tendam a aglomerar ou dispersar firmas e trabalhadores”. Ottaviano (2011) diz que, num primeiro momento, entre as décadas de 1990 e década de 2000, a NGE voltou suas análises para o que ele chama de "macro-heterogeneidade" entre os locais. O intento era mostrar como essa macro-heterogeneidade pode ser gerada endogenamente pelas decisões microeconômicas de pessoas e firmas. Ottaviano defende então que as pesquisas subsequentes deveriam investigar a problemática num nível mais micro, onde seria feita uma análise mais refinada entre pessoas e empresas, na busca de esclarecer como as interações entre os dois níveis de heterogeneidade afetam a existência e a intensidade das economias de aglomeração.

3.2.1 Os fundamentos básicos da Nova Geografia Econômica

Ottaviano (2011) tece uma discussão sobre a evolução da NGE, principalmente pesquisas recentes que dão ênfase à heterogeneidade e economias de aglomeração. Ele argumenta que a NGE pode ser marcada em dois períodos distintos: antes e depois de Krugman. Daí em diante a NGE evoluiu no sentido de levar economia de escala e competição imperfeita para os modelos de equilíbrio geral.

A princípio, um dos maiores desafios da NEG estava em explicar o comércio entre regiões. Enquanto os geógrafos haviam reconhecido que as economias de escala eram importantes para a localização das atividades econômicas, os economistas viam a impossibilidade de explicar ao mesmo tempo, as decisões de localização das firmas e dos consumidores mantendo-se os pressupostos de retornos constantes de escala e competição perfeita. Novos desenvolvimentos teóricos a partir de Krugman e seu modelo ‘Centro-Periferia’ buscaram respostas a essas questões (OTTAVIANO, 2011).

O Teorema da Impossibilidade Espacial representa a ruptura do paradigma competitivo quando a dimensão espacial é levada em consideração. Quando a produção a separação geográfica entre as atividades de produção de bens e o seu consumo envolvem custos de transação mais altos, a forma como as firmas e o consumidores distribuem suas atividades pelo espaço geográfico pode sofrer algum tipo de restrição. A ideia básica é que, sempre que as alternativas de locais não

puderem ser distinguidas em suas características endógenas (isto é, os locais homogêneos), então há uma quebra do paradigma competitivo: ou o equilíbrio perfeitamente competitivo não existe ou implica a aglomeração de todas as pessoas e firmas no mesmo lugar (OTTAVIANO, 2011).

Ao longo da história os pesquisadores e estudiosos têm seguido três estratégias de pesquisa. Alguns têm apontado a relevância empírica das heterogeneidades espaciais, a exemplo das teorias do comércio internacional de David Ricardo e a de Heckscher-Ohlin que explicam a especialização geográfica da produção em termos de distribuição geográfica desigual dos recursos e tecnologia. Outros, nas áreas de Economia Urbana e Geografia Econômica, enfatizam as externalidades sobre as decisões de produção e consumo. Há também um terceiro grupo que, pautados pelos modelos de Organização Industrial e Teoria da Localização, concentram-se em aspectos do poder de mercado e na competição imperfeita. Todas essas contribuições produziram conhecimento que vão ao encontro de explicar o funcionamento da economia espacial, porém não completamente. Somente na década de 1980 com o modelo de concorrência monopolística de Dixit-Stiglitz incorporado em modelos de equilíbrio geral da "nova teoria do comércio" que, finalmente, o arcabouço geral da NGE foi formado (OTTAVIANO, 2011).

Apesar de ser claro que o espaço é heterogêneo e os recursos estão distribuídos geograficamente de forma desigual, esse fato por si só não é suficiente para explicar situações como o surgimento de grandes cidades ou a persistência de desigualdades regionais dentro de um mesmo país. As explicações alternativas baseadas em externalidades e concorrência imperfeita parece ser afetada pela escala espacial da análise. Explicações que servem para cidades podem não servir para discutir o mesmo aspecto entre regiões diferentes (OTTAVIANO, 2011).

As externalidades e a competição imperfeita, segundo Ottaviano (2011), são consideradas componentes decisivos de qualquer explicação completa do cenário econômico observado. A concorrência imperfeita permite ligar as características da economia a parâmetros microeconômicos. Isto possibilita medir a intensidade dos retornos à escala, a força do poder de mercado das empresas, o nível de barreiras à mobilidade de bens e fatores. Essas informações são úteis para o desenho de políticas públicas.

As economias de aglomeração refletem a tendência de a concentração espacial de atividades econômicas (e também de consumidores) reforçarem essa mesma concentração,

compartilhando da ideia de causação circular cumulativa. Essas economias de aglomeração ocorrem por meio de três efeitos: efeitos de acesso aos mercados (boa condição de acessá-los); efeitos de custo de vida local (impactados pela localização das firmas) e efeitos de competição (as firmas buscam locais com poucos competidores). Este último desempenha um mecanismo de repulsão enquanto que os dois primeiros efeitos exercem forças de atração de firmas.

As economias de aglomeração oriundas do efeito custo de vida estabelecem que os bens tendem a ser mais baratos para os consumidores nas regiões com maior concentração de firmas industriais. O motivo disso é que os consumidores pagam menor custo de transporte pois não precisam importar os bens de outras regiões. Como tal, tanto os trabalhadores quanto as empresas tendem a se localizar e migrar para regiões com maior potencial de mercado.

As economias de aglomeração junto com as possibilidades de migração (mobilidade na oferta de mão de obra) criam forças de atração e forças de dispersão que afetam a concentração de consumidores e firmas numa mesma região. Porém, firmas sob certas condições, como retornos crescentes de escala, competição imperfeita e o peso dos custos de transporte podem inverter os efeitos de localização fazendo com que haja aglomeração mesmo na presença de competição.

3.2.2 Migração na NGE

Diversas são os motivos que levam o indivíduo a migrar. Dentre eles, migram com a finalidade de buscar novas oportunidades e experiências, mudam-se para estudar, ou pelo desejo de se residir com membros da família que moram em outras regiões. Porém, grande parte da migração se dá por motivos econômicos: procura por empregos ou pela expectativa de ganhar mais do que recebem no local de origem, acesso a bens e serviços, etc. Este fato importa, pois a decisão de migrar é explicada em grande parte pelas diferenças salariais reais entre duas regiões (QUINTANA; SALGADO, 2016).

A Nova Geografia Econômica prevê que as forças de aglomeração tenham um impacto geográfico sobre a migração devido à influência econômica dos salários e níveis de emprego, derivados da concentração da atividade econômica. Existe uma forte correlação entre a distribuição espacial da população e da indústria,. Outro fator importante é que a migração de regiões pobres para regiões ricas acaba reforçando os padrões de aglomeração (QUINTANA; SALGADO, 2016). De fato, as condições iniciais importam, pois se uma região começa com

uma população maior do que outra, ou se os custos de transporte caírem abaixo de um nível crítico, esta região pode acabar ganhando população à custa da outra região (Krugman, 1991).

O NEG pode ser usado como base para um modelo do processo de migração interna. Quintana e Salgado (2016) descrevem o modelo de mobilidade do trabalho entre regiões a partir da NGE. O processo de migração é desencadeado pela concentração heterogênea de produção entre as diferentes regiões, especialmente devido à existência de rendimentos crescentes. Diferenças salariais entre regiões e o potencial de mercado que produz essas diferenças, mais os custos de mobilidade são fatores-chave no processo de migração (QUINTANA; SALGADO, 2016).

Camacho (2013) também discute a modelagem da migração interregional sob a luz da NGE. No caso, a autora o faz dentro de uma abordagem de equilíbrio geral dinâmico, onde o crescimento econômico é impulsionado pela área de Pesquisa e Desenvolvimento (P & D), que por sua vez é desenvolvida pelo conhecimento dos trabalhadores qualificados. No modelo, somente trabalhadores qualificados podem migrar.

A contrapartida do aumento dos salários são os custos: os migrantes pagam um custo que é um custo de congestionamento. Este custo é uma perda na utilidade que depende da taxa de migração, na medida em que um migrante impõe uma externalidade negativa sobre os outros. Quanto mais pessoas mudam de região, maior é o custo. O detalhamento de toda essa discussão pode ser conferida em Camacho (2013).

3.2.3 Migração e as Cidades

Ottaviano e Peri (2013) argumentam que um lugar natural para começar a analisar o impacto da heterogeneidade dos imigrantes sobre os nativos, bem como os potenciais benefícios e custos da aglomeração trazidos pelos imigrantes, é a literatura sobre imigrantes e habilidades nas cidades. Eles citam vários estudos, e novas direções de pesquisa possíveis para analisar o impacto da migração para as cidades. Um exemplo seria identificar o impacto local dos imigrantes sobre os custos de produtividade e habitação nas cidades. A ideia é que, se os imigrantes contribuírem com habilidades complementares aos nativos, eles aumentarão a produtividade total dos fatores da cidade, com um impacto positivo sobre os salários dos nativos. Por outro lado, os migrantes também aumentarão a aglomeração, aumentando a competição, o que pode afetar negativamente a produtividade e os salários, e afetará as amenidades locais com sinais ambíguos.

Enquanto a maior parte da literatura sobre imigração e habilidades nas cidades tem se concentrado em seu impacto sobre o salário a fim de capturar externalidades locais, também é possível olhar para outros impactos dos imigrantes sobre outros preços e amenidades locais. Entre eles, os custos com moradia e mercado de imóveis, o impacto da migração sobre a criminalidade, os gastos do governo em políticas de auxílio a migrantes. Em síntese, os imigrantes não apenas aumentam a oferta de mão-de-obra, mas também afetam a produtividade, a sobrevivência e o crescimento das cidades e empresas por meio de seu impacto nas externalidades locais. (OTTAVIANO; PERI, 2013)

3.3 ESTUDOS EMPÍRICOS

O entendimento sobre as características de um processo de mobilidade espacial vai além de sua quantificação, ou, não sendo possível medi-la diretamente, de sua estimação. Dessa maneira, é necessário estudar e discutir sua estruturação em termos de causas e motivações, bem como suas possíveis implicações. Ademais, é relevante fazer diferentes análises da mobilidade espacial enquanto processo socioeconômico, com dimensões expressas pelo comportamento dos indivíduos ou grupos de indivíduos para, dessa forma, permitir pormenorizar as características, padrões e dinâmicas desse deslocamento.

A mobilidade pode representar um investimento significativo em capital humano. Os recursos envolvidos na mudança voluntária ou não voluntária dos indivíduos de seus lugares de origem para um novo destino são consideráveis quando analisados no agregado. Quando as pessoas são perguntadas sobre os motivos que as levam a mudar, muitas mencionam motivos econômicos como predominantes. Alguns estudos têm mostrado que as cidades de recepção dos migrantes são influenciadas pela presença deles. A oferta de melhores empregos e oportunidade de crescimento profissional exercem poder de atração, na maioria dos casos, motivando a chegada de mão de obra mais qualificada e com maior produtividade. Trabalhos de natureza empírica desenvolvidos até o presente possibilitam extrair contribuições relevantes para o estudo dos processos migratórios e seus impactos nas localidades envolvidas neste processo.

3.3.1 Estudos empíricos sobre o Brasil

Os parágrafos que se seguem apresentam uma breve exposição das principais contribuições de estudiosos do tema em análise, considerando o contexto brasileiro. Os aspectos tratados aqui relacionam migração, mercado de trabalho, desenvolvimento de municípios, qualificação e renda dos trabalhadores, bem como algumas razões que podem explicar a atração de migrantes exercida por diferentes cidades brasileiras. Parte significativa dos trabalhos empíricos que tratam da importância da migração como fator relevante para o crescimento da renda em uma dada região, apresenta conclusões que corroboram para a importância do tema discutido no presente estudo. Existem evidências de que diversos elementos, como os relacionados à violência e desigualdade social, também podem estar relacionados à maior migração nas cidades.

No Brasil, os trabalhos publicados nesse campo de pesquisa, mostram que, de maneira mais ampla, a migração gera efeitos positivos sobre a renda. Santos Junior et al (2002) utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999 e constatou que no Brasil os migrantes possuem renda superior aos não migrantes. Apesar de os autores aplicarem metodologias diferentes, análises bivariada e multivariada, os resultados foram os mesmos. Ao cotejar as rendas de migrantes e não migrantes, a diferença entre elas manteve-se constante, mesmo controlando para diferentes variáveis observáveis. Para os autores, o rendimento dos migrantes define-se nos fatores não-observáveis (CHIWISCK, 1999).

No contexto da dinâmica e distribuição da população, Da Mata (1997) afirma que três fatores compõem a dinâmica populacional de uma localidade: natalidade, mortalidade e migração. A dinâmica populacional de um determinado município, por sua vez, está intrinsecamente relacionada com o desempenho da sua atividade econômica. Regiões com um mercado de trabalho mais dinâmico e com maiores remunerações são passíveis de atrair um maior número de pessoas. As cidades com maior nível de amenidades (clima, pouca instabilidade social, tal como violência etc.) podem também exercer uma força atrativa de migrantes.

Casari (2016), analisou como ocorre a inserção do migrante e do não migrante no mercado de trabalho da região Centro-Oeste entre 2000 e 2010. Fez uso de dados dos Censos Demográficos na construção de estatísticas descritivas, utilizando a técnica de Heckman para entender a influência da migração sobre o emprego e sobre a renda gerada do trabalho. Chegou à conclusão

de que existe uma maior probabilidade de ocupação de postos de trabalho e maior remuneração para o migrante que para o não migrante.

O autor acima citado, apresenta em sua discussão teórica o estudo de Ehrenberg e Smith (2000), que avaliou em que medida a decisão de mudar de uma cidade para outra está relacionada à mudança de emprego. Este trabalho analisou também a existência de custos financeiros diretos da migração, como também de custos psicológicos. O migrante precisa, muitas vezes, deixar a família, emprego anterior e vínculos emocionais no lugar de origem e ter de adaptar-se ao novo ambiente de destino. Dessa maneira, os custos são suportados no curto prazo, enquanto possíveis benefícios podem só acontecer no longo prazo. No momento de chegada ao local de destino, existe a possibilidade de redução temporária da renda do indivíduo. Ehrenberg e Smith (2000) apresentam um modelo de mobilidade voluntária dos trabalhadores. Aqui, eles diferenciam a migração voluntária da migração em decorrência da decisão do empregador, como a demissão. Os autores consideram a mobilidade voluntária como um investimento. No modelo apresentado por eles, se os benefícios forem maiores que os custos financeiros e psicológicos, então o indivíduo tomará a decisão pela mudança geográfica.

O trabalho de Da Mata et al (2016), tem o propósito de encontrar a razão que explique porque algumas cidades atraem mais migrantes qualificados que outras. Para classificar a migração qualificada, selecionou pessoas com cursos que equivalem à formação em nível superior. O estudo trata, de início, sobre o ranking das cidades com maior atração de migrantes qualificados, tomando cinco indicadores de migração qualificada. Tais indicadores comparam imigrantes e emigrantes qualificados em um dado município. A análise empírica empreendida no estudo também objetiva encontrar os principais atributos das cidades no que diz respeito à atração de migrantes qualificados. A partir dos resultados gerados pelos modelos estimados, pode-se concluir que os migrantes qualificados foram atraídos por cidades com um “maior dinamismo do mercado de trabalho, menor desigualdade social e menor nível de violência” (DA MATA et al, 2016.)

O estudo de Justo et al (2009) objetivou descrever os fluxos de migração entre municípios, em especial, municípios com pelo menos 100 mil habitantes entre 1995 e 2000. Com isso, conseguiu construir uma matriz de migração intermunicipal. Os resultados deste trabalho demonstram quais as maiores taxas líquidas migratórias enfatizando aqueles municípios que mais se destacam positivamente e negativamente assim como os que se destacam em termos regionais na emigração e imigração. Neste estudo também foi evidenciado que “nem sempre os

maiores municípios em termos populacionais são os que mais emitem migrantes assim como, entre os municípios que apresentam maiores taxas líquidas migratórias positivas, nenhum é capital” (JUSTO et al, 2009).

Ainda dentre os trabalhos publicados no Brasil, Scherer e Portella (2016), procuraram investigar até que ponto a opção do destino de migração feita por um trabalhador chefe de família relaciona-se com a inserção hierárquica funcional das cidades de destino. Foram usados dados censitários de 2000 e 2010 referentes à migração com data fixa e a composição da rede urbana brasileira do REGIC. Utilizou-se tanto análises exploratórias, quanto análise econométrica multinomial. Os resultados preliminares, mostraram que os fluxos migratórios se concentravam em cidades de igual hierarquia ou importância econômica. Uma diminuição de migrações para níveis mais elevados foi observada para o mesmo período, juntamente com a concentração maior de deslocamentos no Sudeste do Brasil. Na análise das características pessoais dos migrantes tem-se: homens jovens e solteiros procuram cidades de maior hierarquia. Quanto ao nível de instrução, maiores níveis estão associados com a escolha de cidades de menor hierarquia. O objetivo do trabalho foi contribuir para a identificação dos motivos que levam ao desemprego de longo prazo.

O trabalho de Da Mata et al (2007) identificou os principais fatores da migração de um tipo específico de pessoas: a mão de obra qualificada. A mão de obra qualificada é definida como sendo as pessoas com nível educacional superior completo e incompleto. O estudo examina o motivo para algumas cidades atraírem migrantes com tal característica. Os autores fazem um ranqueamento das cidades com maior atração de migrantes qualificados. Um indicador específico de migração qualificada foi construído, o índice de migração qualificada líquida, originado da comparação entre imigrantes e emigrantes qualificados do município. A estimação foi realizada por meio de modelos de econometria espacial, com a finalidade de corrigir potenciais erros na estratégia empírica. Os resultados da estimação apontaram que os migrantes mais qualificados tendem a se deslocar mais para cidades com mercado de trabalho mais dinâmico, menor desigualdade social e menor nível de violência.

Já o artigo apresentado por Braga (2006), examina como os fluxos migratórios internos têm influenciado o processo de urbanização brasileiro. Cotejando os dados dos Censos Demográficos de 1980 e 2000, imigrantes e não migrantes são analisados de acordo com os principais volumes e direções dos fluxos, taxa de ocupação, nível de escolaridade e renda. A avaliação dos dados possibilita chegar a algumas conclusões sobre a influência da contribuição

dos imigrantes para as economias locais nas grandes cidades brasileiras. Os movimentos migratórios são analisados em um recorte espacial específico, ou seja, os municípios integrantes da Rede de Localidades Centrais do Brasil, um conjunto de 177 localidades urbanas selecionadas segundo critérios de territorialidade e expressão populacional. Verifica-se que à medida que a rede urbana nacional se torna mais densa e torna-se mais importante qualificar em que medida vem ocorrendo alterações no perfil destas populações em movimento.

Em seu artigo, Carvalho e Rigotti (2015) investigaram as migrações nas cidades de médio porte no estado de Minas Gerais e sua influência no crescimento e na composição por sexo e idade da população. Eles utilizaram os dados dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010 e os dados relacionados aos migrantes de “data fixa” dos três últimos censos. Como resultado construíram um quadro heterogêneo sobre os impactos das migrações no volume e na composição das populações estudadas. A maioria das cidades médias do estado de Minas Gerais apresentaram saldos migratórios positivos para os períodos analisados, contudo foram encontradas exceções importantes na porção leste do Estado. Os efeitos das migrações na composição por sexo mostraram-se pouco significativos enquanto os efeitos na estrutura etária foram substanciais. Isso denotou uma forte tendência de aumento da população decorrente da migração na redução do ritmo de envelhecimento desta.

Oliveira et al (2016) fazendo o exame de diversos estudos comprovaram que no Brasil, e em outros países, o período em que os jovens permanecem na casa dos pais aumentou sensivelmente entre os anos 1970 e 2000. O trabalho destes autores analisa a decisão dos jovens de sair da casa dos pais, sair da escola e entrar no mercado de trabalho. Tendo também como objetivo mensurar se o bom desempenho da economia brasileira entre 2003 e 2011 contribuiu para a aceleração dessas transições para a vida adulta. Foram utilizados microdados da PNAD e calculada a proporção de jovens de 15 a 34 anos de áreas metropolitanas que moram com os pais, que estudam e trabalham. Os resultados sugeriram um rompimento do paradigma do prolongamento da juventude, ou seja, um menor tempo de transição para a vida adulta no período analisado.

O trabalho de Oliveira (2016) estimou os impactos das transferências de renda realizadas pelo Programa Bolsa Família (PBF), nos fluxos migratórios, tomando alguns municípios brasileiros entre os anos de 2008 e 2010. O modelo adotado foi o Modelo de Escolha Discreta, por meio do qual são estimadas as equações agregadas de fluxo origem-destino com dependência espacial. Para operacionalizar o modelo, os indivíduos são divididos entre seis perfis de renda

familiar per capita, e pela natureza do PBF. A ênfase da análise aconteceu principalmente nos quatro primeiros perfis. Daí, são sugeridos alguns fatores pelos quais o PBF pode impactar a decisão de migrar ou permanecer no local. Os mecanismos idealizados são diferentes de acordo com o status do indivíduo, de ser beneficiário do programa ou não, de acordo com seu perfil de renda, e se a característica do programa diz respeito ao seu município de residência, ou a outro (OLIVEIRA, 2016, p. 05). Ainda sobre o estudo de Oliveira (2016), a robustez foi dada pela estimativa do modelo Logit, medindo a probabilidade de o indivíduo ter realizado qualquer migração de acordo com algumas características individuais. Dentre estas características, está a de ser o beneficiário do programa, assim como as características de seu município de origem, estando as de gestão do PBF contidas nesta última. No geral, os resultados reproduzem as principais contribuições da literatura de migração, e destacam a importância e não neutralidade dos diversos recursos envolvidos na gestão municipal do Programa Bolsa Família na decisão locacional dos indivíduos beneficiários deste programa.

3.3.2 Estudos empíricos sobre o estado da Bahia

No estado da Bahia, o aumento dos fluxos migratórios ocorreu na década de 1930, quando o destino predominante dos migrantes era o Sudeste do Brasil. No entanto, o processo de urbanização verificado no Brasil, a partir da década de 1950, estimulou um novo ritmo da distribuição espacial da população, e nos anos de 1960 foi verificada a redução dos fluxos migratórios de pessoas vindas do estado da Bahia para outras regiões brasileiras. Neste estado, os eventos de urbanização foram marcados pela concentração de parcela significativa da população urbana na capital. Além da dispersão da população em vários centros urbanos de pequeno e médio porte. Nos anos de 1970, o processo de urbanização esteve ligado à implantação do Polo Petroquímico de Camaçari e à produção de frutas e grãos para exportação. Isso ampliou e diversificou a estrutura econômica baiana, criando áreas de concentração na economia, o que contribuiu tanto para a absorção de uma população que, possivelmente, migraria, quanto para incentivar fluxos migratórios de retorno (ARAÚJO, 2007, p. 202).

Na década de 1980 e início dos anos de 1990, a dinâmica de crescimento populacional total e das áreas urbanas eram diversificados, tornando evidente a intensificação do processo de urbanização. Dessa forma, aumentando a concentração da população nos núcleos urbanos maiores e redistribuindo a população no espaço interno do estado baiano. Esse padrão de mudanças na direção dos fluxos populacionais revelou uma realidade migratória na qual o

estado da Bahia, apesar de manter elevada a emigração, destaca-se pelo movimento da imigração de retorno. Esta participação representa 32,7% do total da imigração entre 1986-1991, passando para 43,1%, entre 1995-2000. (SEI, 2006).

Araújo (2007), em seu estudo sobre migração, objetivou coletar e examinar o que pode influenciar a composição dos saldos migratórios entre alguns municípios baianos, mais claramente, aqueles que têm maior relevância na evolução econômica do estado. Com o propósito de encontrar um padrão espacial de migração, escolheu realizar um estudo com a base de dados por municípios. De maneira sucinta ofereceu um panorama de cidades baianas e sua relação com a migração intraestadual. Mesmo com a complexidade das temáticas redes de cidades e migração, pôde levantar vários questionamentos, uma vez que os processos globais no âmbito econômico, político, cultural, ideológico, não são estáticos e seu dinamismo repercute diretamente na estruturação das redes. Dessa forma, o fenômeno migratório é estudado contemplando uma apresentação da rede de cidades baianas, fortalecida pelo avanço de centros urbanos de pequeno e médio porte.

Dias (2007) examina a migração como um fenômeno social articulado a outros processos sociais, como o econômico, o político, o cultural e o ideológico. As razões que determinam a mudança do local de residência de uma pessoa ou grupo não se limitam à vontade daqueles que migram. Portanto, devem ser entendidas como resultado de dinâmicas sociais mais complexas que incidem sobre o indivíduo ou sobre determinados grupos sociais. Isto deve estimulá-los ou impulsioná-los, de acordo o caso, a deslocarem-se de um local para outro. O que geralmente motiva a migração é a busca por melhores condições de vida. Porém, estabelecer uma teoria sobre o que seriam tais condições não é fácil. O conceito de melhores condições pode variar conforme a cultura, a posição na estrutura socioeconômica, a forma de inserção no mundo do trabalho, o contexto ideológico, temporal, político e espacial. De outra maneira, mesmo que haja uma noção geral dos determinantes que mais contribuem para que o indivíduo mude ou se mantenha no seu local de moradia, apontar os motivos da migração exige esforço analítico que vai além da noção geral sobre os aspectos econômicos que determinam os movimentos de população. Conforme Singer “as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança do qual elas não devem ser separadas” (SINGER, 1975, p. 31). Compreender o fenômeno migratório, portanto, requer uma discussão teórica, considerando o contexto histórico.

As migrações no território brasileiro têm experimentado, em décadas recentes, mudanças no volume e direção dos fluxos como produto de um conjunto de eventos em curso no país. A migração dentro do estado da Bahia, a partir da industrialização brasileira, apresenta uma tendência histórica de saldos negativos. Isto se deve à significativa quantidade de emigrantes com destino à Região Sudeste do país, São Paulo como estado preferencial. Na comparação dos censos de 2000 e 2010, foi constatado, apesar de a Bahia continuar tendo saldos migratórios negativos, que o volume dessas perdas declinou. A representação do número de emigrantes do estado no total da emigração manteve-se em 10%. O volume dos emigrantes da Bahia, no que diz respeito aos fluxos interestaduais e a manutenção do mesmo nível de participação do estado no agregado das outras unidades da federação, possibilitou avaliar que, ao invés de ter ocorrido uma redução ou estagnação no processo de migração, houve uma ampliação dos processos de migração dentro do mesmo estado.

Lou et al (2014), a partir desse cenário, investigou os principais atributos dos movimentos migratórios na Bahia. Por meio do exame do critério de data fixa do Censo Demográfico foram analisados os períodos 1995-2000 e 2005-2010. Utilizou-se duas metodologias de análise: a divisão dos 417 municípios em 27 territórios de identidade, e a análise dos municípios com os maiores volumes de troca através das imigrações, emigrações ou saldos migratórios. Com a utilização dos dados do IBGE do Censo de 2010 e considerando a possibilidade de comparar os resultados sobre migração com o Censo de 2000, através do quesito data fixa, Lou et al (2014), em um outro estudo, examinaram os quantitativos e direção das modificações no movimento da população no território nacional, especialmente no estado da Bahia.

A compreensão de um novo cenário exigiu uma análise mais pormenorizada da atual dinâmica dos movimentos migratórios na Região Nordeste. Em termos históricos, essa é a principal região de origem dos imigrantes das regiões Sul e Sudeste. Publicações com base em dados da PNAD mostram que a Região Nordeste, nos últimos anos, reduziu seus saldos migratórios negativos. Isso denota o crescimento da migração de retorno e novas formas de deslocamentos. O estado da Bahia destaca-se nesse cenário com uma trajetória de perdas migratórias por mais de 50 anos (LOU et al, 2014, p. 03). Também foi constatado que a migração de retorno para o estado da Bahia tem aumentado em relação a todas as regiões do país em termos relativos, exceto no caso da Região Sudeste. Em conformidade com os resultados deste trabalho, os percentuais encontrados continuaram elevados, tornando evidente o fato de os valores da participação relativa no total das imigrações terem se mantido ainda expressivos, 43,1% no período 1995-2000 e 34,3% no período 2005-2010 (LOU et al, 2014).

O trabalho de Pinho (2007) trouxe como principal finalidade a realização de um estudo apontando os dados mais destacados da migração dos municípios baianos no período 1995-2000. Foram considerados os deslocamentos interestadual e intraestadual para o mesmo período. Assim, estudos demográficos como este e como os realizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), construíram um importante panorama da migração na região da Bahia. Em trabalhos realizados anteriormente, foram considerados fatores como fecundidade no desenho da dinâmica demográfica baiana.

Este capítulo apresentou elementos teóricos para analisar o fenômeno da migração intermunicipal no estado da Bahia. Tópicos como migração interna em países em desenvolvimento e a Nova Geografia Econômica, no que concerne ao papel da migração nas aglomerações de pessoas são importantes para a compreensão da dinâmica socioeconômica e demográfica em estudo. Também foi realizado um levantamento de trabalhos empíricos que discutiram a migração no Brasil e apontaram a importância da migração intermunicipal e interestadual para o estado da Bahia. O capítulo que se segue trata das especificidades metodológicas que se referem à condução dessa dissertação.

4 METODOLOGIA E DADOS

Este capítulo apresenta a metodologia empregada na presente dissertação. Inicialmente é explicada a modelagem econométrica a ser utilizada na estimação dos efeitos do tamanho da cidade sobre a qualificação do migrante. Em seguida é apresentada a descrição do banco de dados a ser utilizado para gerar os resultados.

4.1 MODELAGEM ECONOMÉTRICA:

A partir do que fora discutido até aqui, o modelo teórico-conceitual foi delineado para ser utilizado na análise da migração no estado da Bahia. Para a modelagem econométrica optou-se pela utilização de modelos de variável dependente binária, possibilitando contrapor um grupo de migrantes considerados qualificados por possuir determinado nível de escolaridade em relação a um grupo menos qualificado. Desta forma, a variável a ser explicada é a probabilidade de o migrante intermunicipal ser qualificado, ao passo que a principal variável explicativa é o tamanho da cidade (quantidade de habitantes na zona urbana do município).

Modelo de variável dependente discreta.

O modelo a ser estimado é:

$$\begin{aligned}
 & Prob(migrante_qualificado_i) \\
 & = \beta_0 + \beta_1 Efeitos_Fixos_s + \beta_2 Pop_Urb_{s'} + \beta_3 Educ_{s'} \\
 & + \beta_4 Renda_{s'} + \beta_5 Custo_Vida_{s'} + u
 \end{aligned} \tag{1}$$

A equação (1) apresenta o modelo econométrico a ser estimado. O índice i representa os indivíduos, ou seja, os migrantes intermunicipais. O índice s representa a cidade de origem, ou seja, a cidade de residência anterior, enquanto que s' representa a cidade de residência atual do migrante. A variável de efeito fixo representa os efeitos não-observáveis da cidade de origem do migrante e que não mudam no tempo. A variável $Pop_Urb_{s'}$ representa a população urbana do município de residência do migrante. A variável $Educ_{s'}$ representa o nível médio de educação dos residentes do município de destino. A variável $Renda_{s'}$ representa a renda mensal

per capita dos residentes no município de destino. A variável $Custo_Vida_s'$ capta os diferenciais de custo de vida entre os municípios de destino.

Nas estimações foram utilizados três modelos: Modelo de Probabilidade Linear (MPL), Logit e Probit. O MPL é um modelo baseado nos modelos lineares comuns, porém, a variável resposta é dada de forma binária. Isto implica que a probabilidade de resposta é linear nos parâmetros (SANTOS E MOREIRA, 2017; WOOLDRIDGE, 2006). Os resultados da regressão em MPL fornecem a probabilidade do evento ocorrer, que no caso é a probabilidade de o migrante intermunicipal ser qualificado. O modelo estimado por MPL é o seguinte:

$$\begin{aligned} Prob(migrante_qualificado_i = 1|\mathbf{x}) \\ = \beta_0 + \beta_1 Efeitos_Fixos_s + \beta_2 Pop_Urb_s' + \beta_3 Educ_s' + \beta_4 Renda_s' \\ + \beta_5 Custo_Vida_s' + u \end{aligned} \quad (2)$$

A equação (3) mostra a especificação do modelo Logit estimado. O modelo Logit é baseado em uma função logística com função de densidade normal cumulativa. Isto faz com que os valores das variáveis-resposta fiquem no intervalo de 0 a 1 (SANTOS E MOREIRA, 2017; WOOLDRIDGE, 2006).

$$\begin{aligned} Prob(migrante_qualificado_i = 1|\mathbf{x}) = f(z) \\ = \frac{\exp(\beta_0 + \beta_1 Efeitos_Fixos_s + \beta_2 Pop_Urb_s' + \beta_3 Educ_s' + \beta_4 Renda_s' + \beta_5 Custo_Vida_s')}{1 + \exp(\beta_0 + \beta_1 Efeitos_Fixos_s + \beta_2 Pop_Urb_s' + \beta_3 Educ_s' + \beta_4 Renda_s' + \beta_5 Custo_Vida_s')} \end{aligned} \quad (3)$$

Quanto ao modelo Probit, este está representado pela equação (4), a seguir:

$$\begin{aligned} Prob(migrante_qualificado_i = 1|\mathbf{x}) = f(z) \\ = \Phi(\beta_0 + \beta_1 Efeitos_Fixos_s + \beta_2 Pop_Urb_s' + \beta_3 Educ_s' + \beta_4 Renda_s' \\ + \beta_5 Custo_Vida_s') \end{aligned} \quad (4)$$

Onde $\Phi(z)$ é a densidade normal padrão, função normal cumulativa (SANTOS E MOREIRA, 2017; WOOLDRIDGE, 2006).

Em relação a especificação econométrica, algumas questões merecem esclarecimentos. A qualificação do indivíduo está medida em um momento no tempo e na cidade de destino. É possível que o imigrante já tenha chegado no município de destino com o nível de qualificação “atual” ou o mesmo possa ter conquistado essa qualificação já residindo no novo município.

Em algumas passagens do texto, cidade e município são usados como sinônimos. No entanto, a pesquisa está centrada na área urbana do município. Logo, considera-se como cidade a área urbana dos municípios, definida segundo critérios do IBGE. Este trabalho também não aborda questões de migração rural-urbana. Desse modo, a hipótese é que, mesmo que o migrante resida em área rural do município, sua condição de migrante e seu nível de qualificação produz efeitos na cidade.

4.2 BANCO DE DADOS E ESTRATÉGIA EMPÍRICA

A principal fonte de dados foram os Microdados da Amostra do Censo Demográfico de 2010, fornecido pelo IBGE. Esses dados foram utilizados para calcular as variáveis sobre migração. O foco da análise recai sobre a migração intermunicipal (ou dito de outra forma, intraestadual), os indivíduos que mudaram seu município de residência dentro do estado da Bahia, no período entre 2005 e 2010 (CENSO 2010). O quadro 1 apresenta o banco de dados construído na pesquisa. Outras variáveis utilizadas de forma secundária também complementam esse quadro e estão apresentadas no Apêndice A.

Quadro 1 — Banco de dados utilizado na pesquisa

Variável	Descrição	Fonte
<i>qualificado</i>	Dummy = 1 se o indivíduo é migrante intermunicipal e tem 11 ou mais anos de estudo	Elaboração própria
<i>migrante_ba</i>	Dummy = 1 se a pessoa migrou dentro do estado da Bahia	Elaboração própria
<i>codmun</i>	código IBGE do município 7 dígitos	Microdados/ Censo IBGE 2010
<i>POP_TOT</i>	População residente – total	Microdados/ Censo IBGE 2010
<i>POP_URB_T</i>	População residente – urbana	Microdados/ Censo IBGE 2010
<i>sexo</i>	Sexo	Microdados/ Censo IBGE 2010
<i>idade</i>	idade calculada em anos	Microdados/ Censo IBGE 2010
<i>anos_mor_UF</i>	tempo de moradia na uf sem interrupção	Microdados/ Censo IBGE 2010
<i>anos_mor_mun</i>	tempo de moradia no município sem interrupção	Microdados/ Censo IBGE 2010
<i>mun_mor5anos</i>	município de residência em 31 de julho de 2005	Microdados/ Censo IBGE 2010
<i>rend_total</i>	rendimento mensal total do indivíduo em julho de 2010	Microdados/ Censo IBGE 2010
<i>anos_estudoC</i>	grupos de anos de escolaridade	Microdados/ Censo IBGE 2010
<i>educa0_3_munic</i>	% pessoas 0 a 3 anos de estudo por município	Elaboração própria

<i>educa4_7_munic</i>	% pessoas 4 a 7 anos de estudo por município	Elaboração própria
<i>educa8_10_munic</i>	% pessoas 8 a 10 anos de estudo por município	Elaboração própria
<i>educa11_14_munic</i>	% pessoas 11 a 14 anos de estudo por município	Elaboração própria
<i>educa15_munic</i>	% pessoas com 15+ anos de estudo por município	Elaboração própria
<i>aluguel</i>	valor do aluguel (em reais)	Microdados/ Censo IBGE 2010
<i>tot_comodos</i>	cômodos, número	Microdados/ Censo IBGE 2010
<i>tot_dorm</i>	cômodos como dormitório, número	Microdados/ Censo IBGE 2010
<i>Renda_mun1</i>	Renda média total mensal per capita no município de destino	Elaboração própria
<i>Custo_vida</i>	Custo de vida mensal relativo entre os municípios	Elaboração própria

Fonte: elaboração própria.

A condição de ser migrante intermunicipal no estado da Bahia, variável de interesse neste trabalho, foi definida a partir do que se convém chamar de “migração de data fixa”. A variável dependente (*qualificado*) representa a qualificação dos migrantes intermunicipais. Ela foi definida a partir da variável categórica *anos_estudoC* que possui cinco grupos de anos de estudo. A partir de então foram criadas cinco *dummies*, uma para cada nível de qualificação. Ao levar em consideração a qualificação das pessoas, foi feito um recorte para incluir apenas os indivíduos que fazem parte da população em idade ativa – PIA, ou seja, aqueles indivíduos com idade a partir de 14 anos. A variável *POP_URB_T* representa a população urbana do município e seu logaritmo natural foi utilizado nas estimações. A variável *rend_mun1* corresponde a renda média total por indivíduo do município de destino em julho de 2010.

As variáveis *educa0_3_munic*, *educa4_7_munic*, *educa8_10_munic*, *educa11_14_munic* e *educa15_munic* representam cada uma o percentual de pessoas com os seguintes níveis educacionais: zero a três anos de estudo (indivíduo sem instrução ou com Primário / Ensino Fundamental I incompleto); quatro a sete anos de estudo, que corresponde ao Ensino Fundamental II incompleto; oito a dez anos de estudo, que equivale a possuir o Ensino médio incompleto; onze a quatorze anos de estudo (Ensino médio completo ou Ensino Superior incompleto); e por fim, quinze ou mais anos de estudo para aqueles com Ensino Superior completo.

Uma particularidade no banco de dados foi a construção da variável *custo_vida*, que corresponde ao custo de vida relativo entre os municípios do estado da Bahia e foi calculada a

partir do valor médio do aluguel de um dormitório na cidade de destino. A variável foi construída através da estimação por mínimos quadrados ordinários do custo do aluguel ajustado pela quantidade de cômodos, quantidade de dormitórios, dummy indicando se o imóvel está na área urbana.

O próximo capítulo apresenta os resultados empíricos da pesquisa, começando com a análise descritiva dos resultados. Em seguida são descritos os resultados das nove estimações, uma vez que foram utilizados três métodos de estimação em três cenários distintos. Em cada cenário a definição para o migrante pouco-qualificado varia de acordo com os anos de estudo.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados das estimações que vão indicar a probabilidade de o migrante intermunicipal no estado da Bahia ser qualificado. A primeira seção traz um resumo da estatística descritiva das principais variáveis utilizadas nas estimações do modelo econométrico. Em seguida são apresentadas as estimações para as nove diferentes especificações do modelo.

5.1 ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS

Tomando a equação (1), os migrantes intermunicipais foram divididos em grupos, segundo os anos de estudo. A qualificação foi medida em cinco níveis que correspondem a intervalos de anos de estudo. Foram consideradas como qualificadas as pessoas com 11 anos de estudo ou mais. Isto significa que essas pessoas possuem pelo menos o ensino médio completo ou já ingressaram numa instituição de ensino superior. Desse modo foram considerados três cenários de qualificação nas estimações:

- (i) Qualificação 1: as pessoas menos-qualificadas possuem entre 0 e 3 anos de estudo;
- (ii) Qualificação 2: as pessoas menos-qualificadas possuem entre 0 e 7 anos de estudo;
- (iii) Qualificação 3: as pessoas menos-qualificadas possuem entre 0 e 10 anos de estudo.

A Tabela 4 apresenta dados para os municípios baianos. O banco de dados possui 1.550.842 observações em nível de indivíduos e respectivos domicílios. A partir daí foram calculados dados agregados para cada um dos 417 municípios do estado da Bahia, de forma que para cada observação individual, também estão inseridas informações em nível municipal.

A menor cidade do estado da Bahia é Catolândia, com 967 habitantes e a maior, excluindo a capital do estado, é Feira de Santana, com 510 mil pessoas residindo na zona urbana, em 2010. O tamanho médio da população urbana nos municípios do estado da Bahia é de 24 mil habitantes, enquanto a mediana corresponde a 7.864 habitantes. Esses dados, além de mostrar a disparidade no tamanho das cidades, sugerem que a população do estado está concentrada em um número reduzido de municípios.

Tabela 4: Estatísticas descritivas das variáveis do modelo

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
População residente - total	33614	135879	2612	2675656
População residente - urbana	24227	135374	967	2674923
% pessoas 0 a 3 anos de estudo por município	23.6%	7.3%	10.7%	41.5%
% pessoas 4 a 7 anos de estudo por município	19.9%	2.6%	13.8%	27.4%
% pessoas 8 a 10 anos de estudo por município	14.1%	2.3%	8.1%	18.7%
% pessoas 11 a 14 anos de estudo por município	17.5%	7.1%	5.2%	32.5%
% pessoas com 15+ anos de estudo por município	2.9%	2.4%	0.1%	9.4%
Renda média total por indivíduo no município	464.44	240.26	169.22	1138.82
Custo de vida relativo entre os municípios	1.68	0.80	0.41	4.01

Fonte: elaboração própria, dados da pesquisa

Ainda na Tabela 4 observa-se que a magnitude do desvio-padrão para a renda média mensal per capita de cada município é bastante expressivo. O município de maior renda média per capita possui renda cinco vezes maior que a do município com menor valor. Situação semelhante ocorre quando se analisa a diferença de custo de vida entre os municípios.

Quanto ao nível de educação, a análise em conjunto com a Tabela 3, do capítulo 2, permitiu identificar que apenas 6% dos migrantes intermunicipais possuem ensino superior completo, mas a média e desvio padrão indicam que estes indivíduos estão concentrados em poucos municípios. Os migrantes com Ensino Fundamental II incompleto, de 4 a 7 anos de estudo, juntamente aqueles que possuem até 3 anos de estudo formal representam um quantitativo expressivo dos migrantes intermunicipais em praticamente todos os municípios do estado da Bahia.

5.1.1 Origens e destinos dos migrantes intermunicipais

Uma das maneiras possíveis de obter os fluxos migratórios dentro do estado da Bahia é através de uma Matriz de Origens e Destinos (Matriz OD). Essa ferramenta permite identificar os locais de origem dos imigrantes de cada município, e as respectivas quantidades de pessoas. Dessa forma, é possível obter o total de pessoas que cada município expulsou (emigrantes), bem como o total de pessoas que cada município atraiu (imigrantes) no período considerado. A Figura 7

mostra como a Matriz de Origens e Destinos para os migrantes intermunicipais no estado da Bahia foi construída.

Figura 7 — Construção da Matriz de Origens e Destinos

		Origens: residência em 2005			
		Município 1	Município 2	...	Município n
Destinos: residência em 2010	Município 1	C_{11}	C_{12}	...	C_{1n}
	Município 2	C_{21}	C_{22}	...	C_{2n}

	Município n	C_{n1}	C_{n2}	...	C_{nn}

Fonte: elaboração própria, dados da pesquisa.

Os dados da pesquisa mostram que, no período analisado 706.085 pessoas migraram dentro do estado. Destas, não há informação sobre o município de residência em 2005 para 35.479 pessoas. Um total de 158,311 pessoas saíram de suas cidades entre 2005 e 2010 para morar em outro município mas em 2010 já haviam retornado para o mesmo município aonde residiam. Por fim, 512.308 indivíduos migrantes intermunicipais residiam em 2010 em município distinto daquele onde moravam em 2005.

Com base na Matriz OD, as vinte cidades que mais receberam imigrantes intermunicipais (excluindo-se os migrantes de retorno) foram Salvador, Camaçari, Feira de Santana, Lauro de Freitas, Vitória da Conquista, Luís Eduardo Magalhães, Porto Seguro, Simões Filho, Itabuna, Teixeira de Freitas, Ilhéus, Barreiras, Dias d'Ávila, Eunápolis, Santo Antônio de Jesus, Jequié, Juazeiro, Itapetinga, Alagoinhas e Irecê. Juntos, esses 20 municípios somaram 245 mil imigrantes em 2010, o que representa quase metade do contingente de pessoas que migraram.

De forma análoga, ao fazer o levantamento dos vinte municípios que mais expulsaram população para outras cidades, estes somaram 201.429 emigrantes (desconsiderando os migrantes intermunicipais de retorno. Em ordem decrescente de número de emigrantes, a

primeira cidade é Salvador, seguida de Feira da Mata, Itabuna, Ilhéus, Vitória da Conquista, Alagoinhas, Porto Seguro, Camacan, Euclides da Cunha, Jequié, Barreiras, Irecê, Lauro de Freitas, Jacobina, Valença, Itamaraju, Santo Antônio de Jesus, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Juazeiro.

Ao considerar apenas os migrantes intermunicipais de retorno, os municípios com maior contingente de migrantes dessa modalidade são Salvador, Feira de Santana, Camaçari, Lauro de Freitas, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Alagoinhas, Porto Seguro, Simões Filho, Teixeira de Freitas, Jequié, Juazeiro, Santo Antônio de Jesus, Barreiras, Dias d'Ávila, Luís Eduardo Magalhães, Eunápolis, Irecê, Jacobina. Juntos, somaram 73.165 migrantes.

5.2 ESTIMAÇÕES ECONOMETRICAS

Nessa seção serão apresentados os resultados do estudo empírico. Inicialmente foi feita uma regressão linear por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para uma análise preliminar dos resultados, mesmo considerando a inadequação do método na presença de variável dependente binária. No entanto, o método permite uma indicação preliminar para verificar a correlação entre o tamanho da cidade e a probabilidade de o migrante ser qualificado ou menos-qualificado. Em seguida foram estimadas um modelo Probit e um modelo Logit, que são os modelos adequados e indicados pela literatura. Para esses modelos, também foram computados os efeitos marginais que são apresentados no Apêndice B.

A Tabela 5 apresenta as estimações por MQO. Inicialmente é possível observar que a variável de interesse que é o tamanho da população urbana do município é estatisticamente significativa ao nível de significância de 1%. Considerando os três cenários de estimação, para todos estes cenários, foram consideradas como qualificadas as pessoas que possuem, no mínimo, o Ensino Médio completo, com 11 anos de estudo ou mais. No primeiro cenário, onde é confrontado o grupo menos qualificado (variável dependente = 0 se migrante com até 3 anos de estudo) com o grupo mais qualificado (variável dependente = 1, se migrante com 11 ou mais anos de estudo), é possível observar que os migrantes mais qualificados são atraídos pelas maiores cidades. Nos demais cenários, esse efeito é reduzido, uma vez que o grupo de menos-qualificados inclui pessoas com até 7 anos de estudo no segundo cenário, e indivíduos que possuem até 10 anos de estudo, no terceiro cenário.

Outros efeitos importantes também são verificados na Tabela 5. Um deles aponta que as cidades com um percentual maior de indivíduos mais qualificados (entre 11 e 14 anos de estudo) atraem os migrantes mais qualificados para todos os três cenários. O resultado para a renda mostrou-se contra-intuitivo, uma vez a renda média dos residentes no município de destino apresenta um efeito negativo sobre a atração de migrantes mais qualificados. O coeficiente encontrado nos resultados, apesar de negativo, foi de pequena magnitude, tendo efeito praticamente nulo, e, portanto, merece ser melhor investigado posteriormente. Esse resultado possivelmente indica que os migrantes mais qualificados são atraídos pelas cidades maiores, onde eles esperam encontrar maior oferta de trabalho e melhor qualidade de vida, com oferta de saúde, educação, lazer e outras amenidades urbanas. No entanto, as cidades maiores já possuem mais trabalhadores qualificados que as cidades menores, e a chegada de novos migrantes aumenta a concorrência no mercado de trabalho, possivelmente reduzindo salários.

Tabela 5: Estimações em MQO, dos efeitos sobre a qualificação do migrante.

VARIABLES	(1) OLS - Qualificacao 1	(2) OLS - Qualificacao 2	(3) OLS - Qualificacao 3
POP_URB_T_Ln	0.0107*** (0.00203)	0.00879*** (0.00167)	0.00686*** (0.00146)
educa4_7_munic	0.320*** (0.0928)	0.0770 (0.0749)	0.0618 (0.0659)
educa8_10_munic	0.0370 (0.110)	-0.0295 (0.0895)	-0.125 (0.0785)
educa11_14_munic	0.733*** (0.0544)	0.567*** (0.0443)	0.476*** (0.0389)
educa15_munic	1.140*** (0.226)	1.381*** (0.184)	1.270*** (0.161)
rend_mun1	-0.000193*** (2.74e-05)	-0.000172*** (2.22e-05)	-0.000147*** (1.94e-05)
Custo_vida	0.0549*** (0.00497)	0.0425*** (0.00403)	0.0356*** (0.00353)
Constant	-0.242*** (0.0275)	-0.151*** (0.0224)	-0.108*** (0.0197)
Observations	78,658	101,487	119,045
R-squared	0.147	0.117	0.094
Efeito Fixo Municipio Origem	SIM	SIM	SIM

Fonte: dados da pesquisa

Nota: Standard errors in parentheses: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1,

A variável custo de vida também apresenta um resultado que aparentemente é contra-intuitivo uma vez que o custo de vida maior tem um efeito positivo sobre a atração de migrantes qualificados. A Nova Geografia Econômica aponta que as cidades com menor custo de vida tendem a atrair os migrantes em geral. No entanto, avanços nessa teoria também mostram que os migrantes aceitam um custo de vida mais elevado para ter acesso às amenidades urbanas. Além disso, as cidades com maiores amenidades e possivelmente, maior custo de vida, tendem a atrair migrantes mais qualificados em função das maiores possibilidades de interação entre os pares. Os modelos da Nova Geografia Econômica com Pesquisa & Desenvolvimento apontam para este resultado. Logo, o resultado encontrado não contradiz a teoria.

Tabela 6: Estimções em PROBIT, dos efeitos sobre a qualificação do migrante.

VARIABLES	(1) PROBIT - Qualificacao 1	(2) PROBIT - Qualificacao 2	(3) PROBIT - Qualificacao 3
POP_URB_T_Ln	0.0409*** (0.00747)	0.0377*** (0.00692)	0.0335*** (0.00657)
educa4_7_munic	1.992*** (0.364)	1.093*** (0.338)	1.077*** (0.325)
educa8_10_munic	0.470 (0.426)	0.435 (0.395)	-0.0719 (0.379)
educa11_14_munic	2.897*** (0.202)	2.614*** (0.187)	2.446*** (0.179)
educa15_munic	3.581*** (0.826)	4.492*** (0.761)	3.581*** (0.826)
rend_mun1	-0.000778*** (0.000102)	-0.000788*** (9.43e-05)	-0.000742*** (9.01e-05)
Custo	0.212*** (0.0186)	0.190*** (0.0172)	0.176*** (0.0164)
Constant	-2.811*** (0.107)	-2.663*** (0.0992)	-2.595*** (0.0951)
Observations	74,517	96,127	112,737
Efeito Fixo Municipio Origem	SIM	SIM	SIM

Fonte: dados da pesquisa

Nota: Standard errors in parentheses: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1,

As Tabelas 6 e Tabela 7 apresentam as estimções Logit e Probit também para os três cenários. Inicialmente, é possível observar que os resultados gerais se mantiveram nos dois métodos de estimação em relação ao resultado obtido por MQO. No entanto, esses métodos permitem calcular com mais precisão as probabilidades de o indivíduo qualificado migrar ou não. O

tamanho da cidade tem um efeito positivo e estatisticamente significativa a 1% de significância sobre a probabilidade de o migrante qualificado migrar. Este efeito também se mantém em relação aos três cenários, uma vez que o cenário com o migrante qualificado confrontado com o migrante menos-qualificado mostra que as maiores cidades têm um efeito maior sobre a probabilidade de atrair migrantes intermunicipais qualificados. Os demais resultados para as outras variáveis também se mantêm em termos de efeito sobre a probabilidade do migrante qualificado migrar. O Apêndice B apresenta os efeitos marginais derivados dos modelos Logit e Probit, utilizando o método delta para computar os erros-padrão e estatísticas de teste.

Tabela 7: Estimações em Logit, dos efeitos sobre a qualificação do migrante.

VARIABLES	(1) LOGIT- Qualificacao 1	(2) LOGIT- Qualificacao 2	(3) LOGIT- Qualificacao 3
POP_URB_T_Ln	0.0684*** (0.0128)	0.0628*** (0.0122)	0.0563*** (0.0117)
educa4_7_munic	3.794*** (0.646)	2.383*** (0.620)	2.406*** (0.609)
educa8_10_munic	1.164 (0.750)	1.218* (0.720)	0.257 (0.704)
educa11_14_munic	4.950*** (0.349)	4.600*** (0.333)	4.398*** (0.325)
educa15_munic	6.219*** (1.416)	7.931*** (1.337)	7.874*** (1.297)
rend_mun1	-0.00138*** (0.000177)	-0.00145*** (0.000168)	-0.00139*** (0.000164)
custo	0.382*** (0.0324)	0.359*** (0.0308)	0.341*** (0.0300)
Constant	-4.956*** (0.189)	-4.807*** (0.181)	-4.737*** (0.177)
Observations	74,517	96,127	112,737
Efeito Fixo Municipio Origem	SIM	SIM	SIM

Fonte: dados da pesquisa

Nota: Standard errors in parentheses: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1,

Em síntese, os resultados obtidos pelas estimações são consistentes para os três cenários analisados e para os três modelos estimados (MQO, Logit, Probit). Esses resultados também corroboram com a discussão empreendida no Capítulo 2 e com a hipótese levantada no início da pesquisa: a de que o tamanho da cidade influencia na atração dos migrantes intermunicipais. De fato, a pesquisa mostra que municípios com maior tamanho de população urbana tendem a atrair os migrantes mais qualificados provenientes de outros municípios do estado da Bahia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da constatação de que o tamanho das cidades e municípios tem variado ao longo dos anos e que este processo está atrelado aos movimentos migratórios, este trabalho procurou investigar as relações entre o tamanho das cidades no estado da Bahia e o nível de qualificação dos migrantes intermunicipais, ou seja, aqueles migrantes que se deslocam entre municípios do mesmo estado. A literatura sustenta que as economias de aglomeração juntamente com as possibilidades de migração (mobilidade na oferta de mão de obra) criam forças de atração e forças de dispersão que afetam a concentração de consumidores e firmas numa mesma região. Estudos empíricos mostram que as pessoas mais qualificadas são mais propensas a migrar e a dinâmica populacional de um determinado município, por sua vez, está intrinsecamente relacionada com o desempenho da sua atividade econômica. As cidades com maior nível de amenidades podem também exercer uma força atrativa de migrantes.

O estado da Bahia está entre os maiores estados do Brasil em termos de população total, com aproximadamente 14 milhões de habitantes em 2010. A maioria dos municípios são relativamente pequenos, sendo que 59% do total tem população inferior a 20 mil habitantes enquanto que apenas nove detém população superior a 150 mil pessoas. Apesar de o estado da Bahia ser eminentemente urbano, com taxa de urbanização de 72%, a população rural de muitos municípios é expressiva, de forma que a taxa de urbanização é inferior a 50% em muitos deles. A evolução do número de pessoas residentes na área urbana dos municípios no estado da Bahia entre 2000 e 2010 mostra que a população se aglomera em pontos específicos. Essa concentração se dá em direção às fronteiras do estado e região litorânea. Os dados indicam que, de maneira geral, as pessoas menos qualificadas estão mais distribuídas pelo território enquanto os migrantes intermunicipais com pelo menos 11 anos de estudo formal, tendem a se concentrar em algumas áreas, provavelmente em direção a cidades aonde há maior aglomeração de pessoas.

Aspectos teóricos sobre migração interna em países em desenvolvimento ajudam na melhor compreensão da dinâmica migratória do estado da Bahia. Somado a isto, a Nova Geografia Econômica traz um arcabouço teórico para explicar os motivos das aglomerações urbanas. Aspectos teóricos sobre migração interna em países em desenvolvimento e a Nova Geografia Econômica, no que concerne ao papel da migração nas aglomerações de pessoas foram necessários para a compreensão da dinâmica socioeconômica e demográfica decorrente da migração intermunicipal no estado da Bahia. O levantamento de trabalhos empíricos que

discutiram a migração no Brasil e no estado da Bahia apontaram que nos últimos anos o número de pessoas que emigraram do estado da Bahia tem diminuído, enquanto que a movimentação intraestadual de pessoas tem aumentado.

O critério para determinar se um indivíduo é qualificado foi medido pela escolaridade, no caso, pessoas com onze anos ou mais de estudo formal. Em seguida foram traçados três cenários para diferentes composições para o grupo de indivíduos menos-qualificados. Quanto ao banco de dados utilizado na pesquisa, não foi possível obter uma variável contínua para medir a qualificação dos indivíduos em termos de anos de estudo. No entanto, essa variável, disponível como variável categórica, definida em cinco grupos de anos de estudo permitiu alcançar os objetivos da pesquisa uma vez que foram estimadas regressões em Logit e em Probit.

Os resultados das estimações confirmaram a hipótese de que o tamanho das cidades está positivamente correlacionado com a qualificação dos migrantes intermunicipais, medida pela escolaridade dos indivíduos. Assim, é possível concluir que o tamanho da cidade é uma variável significativa para explicar a atração de migrantes intermunicipais qualificados. Os resultados foram consistentes para os três cenários estudados.

No entanto, um resultado observado que parece ir de encontro à teoria é o fato de que, com os dados utilizados, os migrantes qualificados buscaram cidades onde o custo de vida é maior. A teoria diz que as pessoas mais qualificadas tendem a migrar para os maiores municípios. E, como as maiores cidades produzem economias de aglomeração e de custo de vida, esperava-se que nas cidades maiores o custo de vida seria relativamente menor.

Os principais resultados indicam que os migrantes intermunicipais, no estado da Bahia, quando fazem parte do grupo de pessoas qualificadas, tendem a se concentrar em alguns poucos municípios de maior população. Os resultados encontrados fornecem indícios de que os migrantes intermunicipais também costumam migrar para cidades onde a renda média do residente do município é menor e o custo de vida é maior. Essas características parecem sugerir que outros fatores como a existência de amenidades no local de destino também são importantes para a decisão de migrar. É importante observar que, neste trabalho, foram considerados como qualificados todos os indivíduos que possuem pelo menos o Ensino Médio completo. Outro fator em destaque é que as análises foram feitas com base na cidade de destino. Isso implica que o migrante pode ter chegado no município de residência já possuindo o nível de

escolaridade atual, bem como pode ter adquirido essa qualificação já morando no município de destino.

Por fim, o trabalho aqui desenvolvido tem sua importância na medida em que explora as características da migração entre municípios do estado da Bahia. O estudo pode ser visto como um ponto de partida para outras pesquisas. Um dos desdobramentos possíveis é fazer um painel espacial para verificar a importância da localização dos municípios e seus vizinhos na distribuição daqueles que migram dentro do estado da Bahia. Outra problemática que emerge desta pesquisa é investigar se, no estado da Bahia, as pessoas menos qualificadas são mais propensas a migrar do que os migrantes mais qualificados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Herton Ellery *et al.* Como mudaram os fluxos migratórios mesorregionais brasileiros na virada do milênio. In: LOU, ISAAC AROUCHA COIMBRA; MAGALHÃES, MARISA VALLE (Org.). *Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em unidades da Federação selecionadas: mudanças e continuidades*. Salvador: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos, 2014. p. 19–33. Série estudos e pesquisas, 98.

BORJAS, George J. *Immigration economics*. Boston: Harvard University Press, 2014.

BRITO, Fausto. *As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes*. [S.l.: s.n.], 2007. Disponível em:

<<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/FaustoBrito.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

CAMACHO, Carmen. Migration modelling in the New Economic Geography. *Mathematical Social Sciences*, v. 66, n. 3, p. 233–244, nov. 2013.

CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento?* [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em:

<<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3288>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

CARD, David; PERI, Giovanni. Immigration Economics by George J. Borjas: A Review Essay. *Journal of Economic Literature*, v. 54, n. 4, p. 1333–1349, dez. 2016.

CARVALHO, Rodrigo Coelho De; RIGOTTI, José Irineu Rangel. As migrações nas cidades médias de Minas Gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 32, n. 2, p. 235–256, 17 set. 2015.

CRUZ, Bruno de Oliveira *et al.* (Org.). *Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: Ipea, 2011.

DA MATA, D.; DEICHMANN, U.; *et al.* Determinants of city growth in Brazil. *Journal of Urban Economics*, Essays in Honor of Kenneth A. Small. v. 62, n. 2, p. 252–272, 1 set. 2007.

DA MATA, Daniel; OLIVEIRA, Carlos Wagner de Albuquerque; *et al.* Migração, qualificação e desempenho das cidades brasileiras. In: CARVALHO, AX *et al.* *Dinâmica dos Municípios*. IPEA. [S.l.: s.n.], 2007. p. 289–322.

GLAESER, Edward L. *The economics approach to cities*. [S.l.]: National Bureau of Economic Research, 2007. Disponível em: <<http://www.nber.org/papers/w13696>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 1 out. 2017.

KRUGMAN, Paul. Increasing Returns and Economic Geography. *Journal of Political Economy*, v. 99, n. 3, p. 483–499, 1 jun. 1991.

LOU, Isaac Aroucha Coimbra *et al.* Migração intraestadual da Bahia: uma análise dos Territórios de Identidade e municípios a partir dos censos de 2000 e 2010. In: LOU, ISAAC AROUCHA COIMBRA; MAGALHÃES, MARISA VALLE (Org.). *Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em unidades da Federação selecionadas: mudanças e continuidades..* Salvador: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos, 2014a. p. 85–124. Série estudos e pesquisas, 98

LOU, Isaac Aroucha Coimbra *et al.* Movimentos migratórios interestaduais na Bahia entre os períodos 1995-2000 e 2005-2010: uma análise da migração de data fixa. In: LOU, ISAAC AROUCHA COIMBRA; MAGALHÃES, MARISA VALLE (Org.). *Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em unidades da Federação selecionadas: mudanças e continuidades.* Salvador: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos, 2014b. p. 71–84., Série estudos e pesquisas, 98.

LOU, Isaac Aroucha Coimbra *et al.* Uma breve análise da migração de data fixa na Bahia à luz do conceito de rotatividade migratória. In: LOU, ISAAC AROUCHA COIMBRA; MAGALHÃES, MARISA VALLE (Org.). *Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em unidades da Federação selecionadas: mudanças e continuidades.* SEI - Superintendência de Estudos Econômicos, 2014c. p. 125–140. Série estudos e pesquisas, 98.

LOU, Isac; MAGALHÃES, Marisa (Org.). *Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em unidades da Federação selecionadas: mudanças e continuidades.* Salvador: SEI - Superintendências de Estudos e Pesquisas, 2014. Série estudos e pesquisas, 98.

LUCAS, Robert E. B. Chapter 13 - Internal migration in developing countries. In: ROSENZWEIG, MARK R.; STARK, ODED (Org.). *Handbook of Population and Family Economics*. [S.l.]: Elsevier, 1997. v. 1. p. 721–798. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1574003X97800050>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

OLIVEIRA, Gabriel Lyrio de. *O efeito das transferências de renda nos fluxos migratórios entre os municípios brasileiros de 2008 a 2010*. 2016. Dissertação de mestrado – Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-05092016-154958/>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto de; OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de (Org.). *Reflexões sobre os deslocamentos populacionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2011. Série Estudos e análises. Informação demográfica e socioeconômica, número 1.

OLIVEIRA, Thiago Dumont; GOLGHER, André Braz; LOUREIRO, Pedro Mendes. Trajetórias de local de moradia, estudo e trabalho dos jovens brasileiros entre 2003 e 2011: uma análise de entropia. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 33, n. 1, p. 31–52, 10 maio 2016.

OTTAVIANO, Gianmarco I. P. ‘New’ new economic geography: firm heterogeneity and agglomeration economies. *Journal of Economic Geography*, v. 11, n. 2, p. 231–240, 1 mar. 2011.

OTTAVIANO, Gianmarco I. P.; PERI, Giovanni. Rethinking the effect of immigration on wages. *Journal of the European Economic Association*, v. 10, n. 1, p. 152–197, fev. 2012.

OTTAVIANO, Gianmarco; PERI, Giovanni. New frontiers of immigration research: cities and firms. *Journal of Regional Science*, v. 53, n. 1, p. 1–7, fev. 2013.

PUC-RIO. *Datazoom*. Disponível em: <<http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/index.html>>. Acesso em: 1 out. 2017.

QUINTANA, Luis; SALGADO, Uberto. Internal migration in Mexico from 1990-2010: A New Economic Geography approach. *Problemas del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía*, v. 47, n. 184, p. 1–20, 8 jan. 2016.

RIGOTTI, José Irineu Rangel. A questão migratória no Brasil recente. In: LOU, ISAAC AROUCHA COIMBRA; MAGALHÃES, MARISA VALLE (Org.). *Migrações internas nos decênios 1990 e 2000 em unidades da Federação* selecionadas: mudanças e continuidades. Salvador: SEI - Superintendência de Estudos Econômicos, 2014. p. 11–18. Série estudos e pesquisas, 98.

SANTOS, Gervásio Ferreira dos; MOREIRA, Aroldo A. M. Variáveis dependentes discretas e limitadas. In: MALBOUISSON, C.; TIRYAKI, G. F. (Org.). *Econometria na prática*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017. p. 203–242.

SANTOS JUNIOR, Enestor da Rosa dos. *Migração e seleção: o caso do Brasil*. 2002. Dissertação de mestrado – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2002.

SCHERER, Clauber Eduardo Marchezan; PORTELLA, Alysson Lorenzon. Fluxos migratórios, hierarquia das cidades e características pessoais dos migrantes: uma análise a partir dos Censos de 2000 e 2010. 2016, [S.l.: s.n.], 2016.

WOOLDRIDGE, Jeffrey M. *Introdução à econometria: uma abordagem moderna*. [S.l.]: Pioneira Thomson Learning, 2006.

APÊNDICE A – VARIÁVEIS DO BANCO DE DADOS

Abaixo segue a relação das variáveis do banco de dados construído a partir dos microdados do CENSO de 2010 para a Bahia.

Tabela — Banco de dados de migração no Estado da Bahia, 2010

Nº	Variável	Descrição
1	ano	ano da pesquisa
2	id_dom	Controle
3	ordem	número de ordem
4	peso_pess	peso amostral
5	peso_dom	peso amostral
6	migrante_ba	Dummy = 1 se a pessoa migrou dentro do estado da bahia para o município em menos
7	migrante_uf	Dummy = 1 se a pessoa migrou interestadual ou internacional para a bahia municípn
8	nao_migrante	Dummy = 1 se a pessoa reside no município a mais de 5 anos
9	sit_setor_C	situação do domicílio - urbano/rural
10	UF	unidade de federação
11	SiglaUF	SiglaUF
12	munic	código IBGE do município sem DV (6 dígitos)
13	codmun	código IBGE do município 7 dígitos
14	amc0010	áreas mínimas comparáveis 2000-2010
15	newamc0010	áreas mínimas comparáveis 2000-2010 - alternativo
16	novo_munic	1 = município criado entre 2000 e 2010
17	nome	nome do município
18	POP_TOT	População residente - total
19	POP_URB_T ()	População residente - urbana
20	POP_TOT_rel	População residente total relativa: POP_TOT/População-Bahia
21	POP_URB_T_rel	População residente urbana total relativa: POP_URB_T/População-Bahia
22	POP_TOT_2000	População total do município em 2000
23	POP_URB_2000	População urbana total do município em 2000
24	diff_POP_URB	o mig veio para uma cidade maior? POP_URB_T - POP5a_URB_T

25	migrante_ba_URB	Dummy = 1 se a pessoa é migrante intermunicipal e mora na zona urbana
26	migrante_ba_RUR	Dummy = 1 se a pessoa é migrante intermunicipal e mora na zona rural
27	migrante_ba_URB_munic	total de pessoas migrantes_ba no munic que moram na zona urbana
28	migrante_ba_RUR_munic	total de pessoas migrantes_ba no munic que moram na zona rural
29	migrante_ba_URB_perc	% migrantes_ba (no munic) que moram na zona urbana
30	migrante_ba_RUR_perc	% migrantes_ba (no munic) que moram na zona rural
31	migrante_ba_munic	total de pessoas no munic que migraram dentro da Bahia (migrante INTRAESTADUAL)
32	migrante_uf_munic	total de pessoas no munic que saíram de outra UF para morar na Bahia (migrante I
33	nao_migrante_munic	total de pessoas que nasceram no munic ou que moram no munic a mais de 5 anos
34	sexo	sexo
35	idade	idade calculada em anos
36	nasceu_mun	nasceu neste município
37	nasceu_UF	nasceu nesta unidade da federação
38	sempre_morou	sempre morou neste município
39	nacionalidade	nacionalidade
40	UF_nascim	UF de nascimento
41	anos_mor_UF	tempo de moradia na uf sem interrupcao
42	mun_trab	trabalha no município em que reside
43	mun_escola	estuda no município em que reside?
44	anos_mor_mun	tempo de moradia no município sem interrupcao
45	UF_mor5anos	uf de residência em 31 de julho de 2005
46	SiglaUF_5a	Sigla UF mun_mor5anos
47	mun_mor5anos	município de residência em 31 de julho de 2005
48	nome_5a	nome do município mun_mor5anos
49	pais_mor5anos	País onde morava há 5 anos
50	POP5a_TOT	População mun_mor5anos - total
51	POP5a_URB_T	População mun_mor5anos - urbana
52	rend_total	rendimento mensal total do indivíduo em julho de 2010
53	rend_total_sm	rendimento mensal total do indivíduo em nº de s.m. em 07/2010
54	n_pes_fam	número de pessoas na família
55	rend_fam	renda familiar
56	freq_escola	frequenta escola
57	anos_estudoC	grupos de anos de escolaridade

58	educa0_3	Dummy = 1 se primário incompleto (0 a 3 anos de estudo) e pessoa com idade >= 14 anos
59	educa4_7	Dummy = 1 se médio primeiro ciclo incompleto (4 a 7 anos de estudo) e pessoa com idade >= 14 anos
60	educa8_10	Dummy = 1 se médio segundo ciclo incompleto(8 a 10 anos de estudo) e pessoa com idade >= 14 anos
61	educa11_14	Dummy = 1 se superior incompleto(11 a 14 anos de estudo) e pessoa com idade >= 14 anos
62	educa15	Dummy = 1 se superior completo (15 anos de estudo ou mais) e pessoa com idade >= 14 anos
63	educa0_3_ufbaPOPmunic	total de pessoas c/ 0 a 3 anos de estudo munic
64	educa4_7_ufbaPOPmunic	total de pessoas c/ 4_7 anos de estudo munic
65	educa8_10_ufbaPOPmunic	total de pessoas c/ 8_10 anos de estudo munic
66	educa11_14_ufbaPOPmunic	total de pessoas c/ 11_14 anos de estudo munic
67	educa15_ufbaPOPmunic	total de pessoas c/ 15 ou mais anos de estudo munic
68	educa0_3_munic	% pessoas 0 a 3 anos de estudo por município
69	educa4_7_munic	% pessoas 4 a 7 anos de estudo por município
70	educa8_10_munic	% pessoas 8 a 10 anos de estudo por município
71	educa11_14_munic	% pessoas 11 a 14 anos de estudo por município
72	educa15_munic	% pessoas com 15+ anos de estudo por município
73	migba_educ0_3_Pmunic	total de migr_Ba c/ 0 a 3 anos de estudo
74	migba_educ4_7_Pmunic	total de migr_Ba c/ 4 a 7 anos de estudo
75	migba_educ8_10_Pmunic	total de migr_Ba c/ 8 a 10 anos de estudo
76	migba_educ11_14_Pmunic	total de migr_Ba c/ 11 a 14 anos de estudo
77	migba_educ15_Pmunic	total de migr_Ba c/ 15+ anos de estudo
78	migr_ba_educ0_3_munic	% migrantes_ba (no munic) c/ 0 a 3 anos de estudo
79	migr_ba_educ4_7_munic	% migrantes_ba (no munic) c/ 4 a 7 anos de estudo
80	migr_ba_educ8_10_munic	% migrantes_ba (no munic) c/ 8 a 10 anos de estudo
81	migr_ba_educ11_14_munic	% migrantes_ba (no munic) c/ 11 a 14 anos de estudo
82	migr_ba_educ15_munic	% migrantes_ba (no munic) c/ 15 ou mais anos de estudo
83	deflator	deflator de rendimentos - base 08/2010

84	conversor	conversor de moedas
85	rend_total_def	rend_total deflacionada
86	rend_fam_def	rend_fam deflacionada
87	aluguel	valor do aluguel (em reais)
88	tot_comodos	cômodos, número
89	tot_dorm	cômodos como dormitório, número
90	n_pes_dom	quantas pessoas moravam neste domicílio em 31/07/2010
91	renda_dom	rendimento mensal domiciliar em julho de 2010
92	renda_dom_def	renda_dom deflacionada
93	aluguel_def	aluguel deflacionada
94	migr_uf_educ0_3_munic	% migrantes_uf (no munic) c/ 0 a 3 anos de estudo
95	migr_uf_educ4_7_munic	% migrantes_uf (no munic) c/ 4 a 7 anos de estudo
96	migr_uf_educ8_10_munic	% migrantes_uf (no munic) c/ 8 a 10 anos de estudo
97	migr_uf_educ11_14_munic	% migrantes_uf (no munic) c/ 11 a 14 anos de estudo
98	migr_uf_educ15_munic	% migrantes_uf (no munic) c/ 15 ou mais anos de estudo
99	nao_migr_educ0_3_munic	% nao_migrantes (no munic) c/ 0 a 3 anos de estudo
100	nao_migr_educ4_7_munic	% nao_migrantes (no munic) c/ 4 a 7 anos de estudo
101	nao_migr_educ8_10_munic	% nao_migrantes (no munic) c/ 8 a 10 anos de estudo
102	nao_migr_educ11_14_munic	% nao_migrantes (no munic) c/ 11 a 14 anos de estudo
103	nao_migr_educ15_munic	% nao_migrantes (no munic) c/ 15 ou mais anos de estudo
104	emigrante_ba_munic	emigrantes - tot pessoas q saíram p/ outro munic ba
105	razao_mib_popTOT	Razão entre (qnt de migrantes)/(POP_TOT) do munic
106	razao_mib_popURB	Razão entre (qnt de migrantes)/(POP Urbana) do munic
107	taxa_urbanizacao	Taxa de Urbanização = Pop Urbana / Por Total
108	taxa_urbanizacao_mun5a	Taxa de Urbanização do munic origem
109	diff_taxa_urbanizacao	tx - tx5a: o migr está numa cidade + urbanizada q a anterior?
110	saldo_migratorio_int	Saldo Migratório Intermunicipal: imigração interna - emigração interna
111	taxa_liq_mig_int	Taxa Líquida Migratória Intermunicipal: saldo_migratorio_int/POP_TOT
112	educ0_3_munic_5a	% pessoas c/ 0 a 3 anos de estudo no munic origem
113	educ4_7_munic_5a	% pessoas c/ 4 a 7 anos de estudo no munic origem

114	educa8_10_munic_5a	% pessoas c/ 8 a 10 anos de estudo no munic origem
115	educa11_14_munic_5a	% pessoas c/ 11 a 14 anos de estudo no munic origem
116	educa15_munic_5a	% pessoas c/ 15 ou mais anos de estudo no munic origem
117	migr_ba_educa0_3_munic_5a	% pess entre os migr do munic origem c/ 0 a 3 anos de estudo
118	migr_ba_educa4_7_munic_5a	% pess entre os migr do munic origem c/ 4 a 7 anos de estudo
119	migr_ba_educa8_10_munic_5a	% pess entre os migr do munic origem c/ 8 a 10 anos de estudo
120	migr_ba_educa11_14_munic_5a	% pess entre os migr do munic origem c/ 11 a 14 anos de estudo
121	migr_ba_educa15_munic_5a	% pess entre os migr do munic origem c/ 15 ou mais anos de estudo

Fonte: Elaboração própria a partir dos Microdados do Estado da Bahia, Censo 2010

APÊNDICE B – EFEITOS MARGINAIS DAS ESTIMAÇÕES

Efeitos marginais Probit

[efeitos marginais do Probit – Qualificação 1]

dy/dx w.r.t. : POP_URB_T_Ln educa4_7_munic educa8_10_munic educa11_14_munic
educa15_munic rend_mun1 custo

Variáveis	dy/dx	Std. Err.	z	P > z	[95% Conf. Interval]
POP_URB_T_Ln	0.0114709	0.0020918	5.48	0.000	0.0073711 0.0155707
educa4_7_munic	0.5581728	0.1018908	5.48	0.000	0.3584705 0.757875
educa8_10_munic	0.1317018	0.1192838	1.1	0.270	-0.1020902 0.3654938
educa11_14_munic	0.8117056	0.0563437	14.41	0.000	0.7012739 0.9221372
educa15_munic	1.003368	0.2313437	4.34	0.000	0.5499432 1.456794
rend_mun1	-0.0002181	0.0000286	-7.63	0.000	-0.0002741 -0.0001621
custo_vida	0.0593868	0.0051969	11.43	0.000	0.049201 0.0695726

Fonte: dados da pesquisa

Nota: Standard errors in parentheses: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1,

[efeitos marginais do Probit – Qualificação 2]

Variáveis	dy/dx	Std. Err.	z	P > z	[95% Conf. Interval]
POP_URB_T_Ln	0.009293	0.0017055	5.45	0	0.0059503 0.0126357
educa4_7_munic	0.2694898	0.0833017	3.24	0.001	0.1062215 0.4327581
educa8_10_munic	0.1073755	0.0975466	1.1	0.271	-0.0838122 0.2985632
educa11_14_munic	0.6447274	0.045998	14.02	0	0.5545729 0.7348818
educa15_munic	1.108126	0.187552	5.91	0	0.7405306 1.475721
rend_mun1	-0.0001944	0.0000233	-8.36	0	-0.00024 -0.0001488
custo_vida	0.0469278	0.0042322	11.09	0	0.0386328 0.0552227

Fonte: dados da pesquisa

Nota: Standard errors in parentheses: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1,

[efeitos marginais do Probit – Qualificação 3]

Variáveis	dy/dx	Std. Err.	z	P > z	[95% Conf. Interval]
POP_URB_T_Ln	0.007606	0.0014917	5.1	0	0.0046824 0.0105297
educa4_7_munic	0.244578	0.0737333	3.32	0.001	0.1000633 0.3890927
educa8_10_munic	-0.0163174	0.0860233	-0.19	0.85	-0.18492 0.1522852
educa11_14_munic	0.5552203	0.0404906	13.71	0	0.4758601 0.6345805
educa15_munic	1.00496	0.1642031	6.12	0	0.6831277 1.326792
rend_mun1	-0.0001685	0.0000204	-8.24	0	-0.0002086 -0.0001284
custo_vida	0.0400184	0.0037227	10.75	0	0.0327222 0.0473147

Fonte: dados da pesquisa

Nota: Standard errors in parentheses: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1,

Efeitos marginais: Logit

[efeitos marginais do Logit – Qualificação 1]

Variáveis	dy/dx	Std. Err.	z	P > z	[95% Conf. Interval]
POP_URB_T_Ln	0.011198	0.002098	5.34	0.000	0.007086 0.01531
educa4_7_munic	0.6208363	0.1057273	5.87	0.000	0.4136147 0.8280579
educa8_10_munic	0.1904653	0.1227891	1.55	0.121	-0.0501969 0.4311276
educa11_14_munic	0.8100922	0.0569032	14.24	0.000	0.698564 0.9216205
educa15_munic	1.017774	0.2315828	4.39	0.000	0.5638806 1.471668
rend_mun1	-0.0002257	0.0000289	-7.82	0	-0.0002823 -0.0001692
custo_vida	0.0625964	0.0052932	11.83	0	0.052222 0.0729708

Fonte: dados da pesquisa

Nota: Standard errors in parentheses: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1,

[efeitos marginais do Logit – Qualificação 2]

Variáveis	dy/dx	Std. Err.	z	P > z	[95% Conf. Interval]
POP_URB_T_Ln	0.00883	0.0017091	5.17	0	0.0054802 0.0121797
educa4_7_munic	0.3353049	0.0872901	3.84	0	0.1642195 0.5063904
educa8_10_munic	0.1714377	0.1013089	1.69	0.091	-0.027124 0.3699994
educa11_14_munic	0.6472337	0.046718	13.85	0	0.5556681 0.7387992
educa15_munic	1.115963	0.1880354	5.93	0	0.7474208 1.484506
rend_mun1	-0.0002037	0.0000236	-8.63	0	-0.00025 -0.0001575
custo_vida	0.0504855	0.0043306	11.66	0	0.0419976 0.0589734

Fonte: dados da pesquisa

Nota: Standard errors in parentheses: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1,

[efeitos marginais do Logit – Qualificação 3]

Variáveis	dy/dx	Std. Err.	z	P > z	[95% Conf. Interval]
POP_URB_T_Ln	0.007171	0.001495	4.8	0	0.0042406 0.0101004
educa4_7_munic	0.306311	0.077554	3.95	0	0.1543073 0.4583137
educa8_10_munic	0.032654	0.08968	0.36	0.716	-0.1431162 0.2084243
educa11_14_munic	0.559883	0.041269	13.57	0	0.4789966 0.6407696
educa15_munic	1.0023	0.165056	6.07	0	0.6787961 1.325803
rend_mun1	-0.00018	2.09E-05	-8.46	0	-0.0002173 -0.0001356
custo_vida	0.043348	0.003818	11.35	0	0.0358642 0.0508309

Fonte: dados da pesquisa

Nota: Standard errors in parentheses: *** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1,